



IMPACTO DO INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO NA PROCURA DE TRABALHO NO PAÍS DE ORIGEM: O CASO DA UNIÃO EUROPEIA

Ângelo Emanuel Mendes de Sousa

201300163@fep.up.pt

**Dissertação de Mestrado em Economia e Gestão
Internacional**

Orientado por

**Professora Doutora Rosa Maria Correia Fernandes
Portela Forte**

2015

Breve nota biográfica

Ângelo Emanuel Mendes de Sousa nasceu a 29 de julho de 1991 em Nevogilde-Lousada. No ano letivo de 2010/2011 iniciou os seus estudos superiores na Universidade do Luxemburgo, tendo concluído a licenciatura em Gestão de Empresas em junho 2013. Durante esse mesmo ano, realizou um estágio curricular, de 6 meses, no Banco Raiffeisen Luxemburgo que lhe permitiu ter um primeiro contacto com o mundo do trabalho. Também em 2013, ingressou no Mestrado em Economia e Gestão Internacional na Faculdade de Economia do Porto, estando, atualmente, em fase de conclusão.

Agradecimentos

Quero expressar o meu reconhecimento à Professora Doutora Rosa Forte pela sua generosa partilha de saberes, a sua disponibilidade e simpatia a cada reunião, o seu rigor e exigência crítica.

Aos meus pais, irmão e restantes familiares, por todo o apoio e amor que sempre manifestaram, funcionando como a minha base segura ao longo desta experiência de aprendizagem.

Por último, uma palavra de especial de agradecimento a Pedro Oliveira pela motivação que me transmitiu, pelos conselhos e pela preciosa ajuda durante estes dois anos de curso, assim como a Diana Mota, que esteve sempre presente nesta etapa, pelas suas sugestões, disponibilidade e incentivo ao longo deste período.

Um muito obrigado a todos!

Resumo

Atualmente vivemos num mundo cada vez mais globalizado por via de uma crescente internacionalização das empresas multinacionais através do investimento direto estrangeiro (IDE). Este tipo de investimento gera diversos efeitos no país de origem, entre os quais efeitos na procura de trabalho. Em particular, existe um receio claro por parte das economias de que o IDE provoque perdas de emprego no país de origem desse investimento. No entanto, apesar da significativa investigação sobre a relação entre o IDE e o emprego no país de origem, os resultados não são conclusivos. Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo analisar os efeitos do investimento direto estrangeiro na procura de trabalho no país de origem, baseando-se numa amostra de 21 países da União Europeia no período 2004 - 2013. Para o efeito procedeu-se à estimação da equação da procura de trabalho estática e dinâmica. Os resultados obtidos em ambas as estimações apontam para a existência de um impacto positivo causado pelo IDE realizado na procura de trabalho no país de origem, sendo que os resultados da análise dinâmica revelaram ter um impacto mais reduzido do que foi verificado na análise estática.

Palavras-chave: Investimento Direto Estrangeiro, procura de trabalho, União Europeia, empresas multinacionais

Abstract

Nowadays, we are living in an increasingly globalized world through a growing internationalization of multinational companies by foreign direct investment (FDI). Foreign direct investment has impacts on the home-country and more specifically in labor demand. In particular, there is a clear fear from economies that FDI cause job losses in the home-country. However, despite the significant research on the relationship between FDI and employment in the home-country, the results are still inconclusive. In this way the present work intends to analyze the effects of foreign direct investment on home-countries' labor demand based on a sample of 21 countries of the European Union, during the period 2004 - 2013. For this purpose we proceeded to the estimation of a static labor demand equation and a dynamic one. The results in both estimates indicate the existence of a positive impact caused by the outward FDI on labor demand in the home-country, and the dynamic analysis results shown to have a lower impact than was found in static analysis.

Key-words: Foreign Direct Investment, labor demand, European Union, Multinational enterprises

Índice

Breve nota biográfica.....	i
Agradecimentos	ii
Resumo	iii
Abstract.....	iv
Índice	v
Índice de Figuras.....	vii
Índice de Gráficos	vii
Índice de Tabelas	vii
Lista de Abreviaturas	viii
Introdução	1
Capítulo 1 - Revisão de literatura	4
1.1. Tipos de de IDE	4
1.2. Impacto do Investimento Direto Estrangeiro no país de origem.....	10
1.3. Impacto do IDE no mercado de trabalho do país de origem.....	11
1.4. Evidência empírica sobre os efeitos do IDE no país de origem.....	17
1.4.1. Estudos a nível microeconómico	18
1.4.2. Estudos a nível da indústria	24
1.4.3. Conclusão.....	27
Capítulo 2 - Metodologia.....	28
2.1. Especificação do modelo e definição das variáveis	28
2.2. Breve análise descritiva.....	30
Capítulo 3 – Resultados empíricos	36
3.1. Análise das correlações entre as variáveis	36
3.2. Estimação econométrica.....	37
3.2.1. Estimação da procura de trabalho estática	37

3.2.2. Estimação de procura de trabalho dinâmica	40
Conclusão.....	43
Referências.....	45
Anexos	51
Anexo 1	52
Anexo 2	53
Anexo 3	54

Índice de Figuras

Figura 1: Plataforma exportadora horizontal 8

Figura 2: Plataforma exportadora vertical 9

Índice de Gráficos

Gráfico 1: Evolução anual do emprego na UE (médias anuais) 34

Gráfico 2: Evolução anual de Stocks de IDE (médias anuais) 34

Gráfico 3: Evolução anual de Stocks de IDE / PIB (médias anuais) 35

Índice de Tabelas

Tabela 1: Efeitos do IDE na procura de trabalho no país de origem 13

Tabela 2: Efeitos do IDE na procura de trabalho no país de origem - estudos a nível microeconómico 18

Tabela 3: Efeitos do IDE na procura de trabalho no país de origem - estudos a nível da indústria 25

Tabela 4: Variáveis do modelo 29

Tabela 5: Estatísticas descritivas 31

Tabela 6: Correlação entre as variáveis do modelo 36

Tabela 7: Teste Hausman: análise estática 38

Tabela 8: Estimções da amostra do modelo estático 40

Tabela 9: Teste Hausman: análise dinâmica 40

Tabela 10: Estimções do modelo dinâmico 41

Lista de Abreviaturas

EUA – Estados Unidos da América

FDI – Foreign Direct Investment

IDE – Investimento Direto Estrangeiro

I&D – Investigação e Desenvolvimento

MNE – Empresa Multinacional

OECD – Organisation for Economic Co-Operation and Development

PLI – Propriedade, Localização, Internalização

UE – União Europeia

UNCTAD - United Nations Conference on Trade and Development

Introdução

Com o crescimento das trocas comerciais e do investimento direto estrangeiro (IDE) o mundo tornou-se cada vez mais globalizado, o que tem uma grande influência no mercado de trabalho de cada país (Nishiyama e Gintani, 2013). O IDE é realizado pelas empresas multinacionais (MNEs) que têm assim um papel muito importante na economia mundial. Atualmente, o comércio internacional é constituído sobretudo por componentes pertencentes a estas empresas que estão, cada vez mais, presentes em diversos países (Hayakawa, Lee e Park, 2013a).

De facto, constata-se que as empresas multinacionais dos países mais desenvolvidos optam por transferir, uma parte ou na totalidade, as suas atividades produtivas para países menos desenvolvidos, através do investimento direto estrangeiro, contribuindo para o encerramento de fábricas e para o enfraquecimento da indústria no país de origem (Hayakawa, Matsuura, Motohashi e Obashi, 2013b). Com a deslocalização das suas produções para países menos desenvolvidos, onde a mão-de-obra é mais barata, as multinacionais empregam mais trabalhadores nos países de acolhimento e menos no país de origem (Mariotti, Mutinelli e Piscitello, 2003). No entanto, de acordo com Cuyvers e Soeng (2011), este fenómeno contribui também para a criação de novos postos de trabalho qualificado no país de origem, como, por exemplo, supervisão, investigação e desenvolvimento (I&D), marketing, entre outros. Também Simpson (2012) considera que, apesar do IDE causar uma perda de emprego em indústrias caracterizadas pela mão-de-obra barata, devido ao encerramento de fábricas e substituição dos trabalhadores nacionais pelos trabalhadores do país de acolhimento, a balança do emprego nacional reequilibra-se através do aumento do emprego qualificado.

Desta forma, segundo Tsou, Liu, Hammitt e Chang (2013), o impacto do IDE realizado no emprego (e respetiva composição em termos de qualificações) na empresa-mãe (e consequentemente no país de origem) está intimamente relacionado com os motivos subjacentes ao IDE. Assim, de acordo com os mesmos autores, se o motivo para o IDE reside na procura de mercados (IDE horizontal motivado principalmente pelo potencial de economia de custos de transporte e comércio), prevê-se que o emprego nas filiais substitua o emprego na empresa-mãe. Por outro lado, no caso do IDE vertical (motivado principalmente por diferenças nas dotações de fatores entre os países), onde as

atividades da empresa-mãe são fracionadas e realocadas para as filiais (atividades intensivas em trabalho transferidas para países de baixos custos e atividades qualificadas e intensivas em capital permanecendo no país de origem), poderá ser criado um efeito favorável a nível do emprego no país de origem por via do aumento do emprego qualificado.

Hoje em dia, a literatura referente ao IDE e aos seus efeitos no país de origem, nomeadamente sobre o impacto na procura de trabalho, está cada vez mais rica. No entanto, os estudos existentes focam-se sobretudo a nível da empresa, sendo poucos os estudos que recorrem a dados mais agregados. No entanto, para analisar o impacto do IDE ao nível do emprego é também importante compreender o que se passa a nível mais agregado (indústria/país). Nesse sentido, este estudo tem como principal objetivo analisar o impacto proporcionado pelo IDE realizado pelos países da União Europeia (UE) na procura de trabalho no país de origem. Dados da OECD (2014a) revelam que a taxa de desemprego da UE tem vindo a aumentar, nomeadamente desde a crise financeira de 2008, passando de 7%, em 2008, para 10,9%, em 2013. Adicionalmente, entre 2010 e 2012 a UE também conheceu um crescimento do Stock de IDE no exterior, de 9 099 para 9 700 mil milhões de dólares (OECD, 2014b). Desta forma, a questão de investigação do presente estudo é a seguinte:

Terá o IDE realizado pelos países da UE contribuído para a redução do emprego na UE?

Com o intuito de responder à questão de investigação este trabalho começa por apresentar uma revisão da literatura (Capítulo 1) centrada nas motivações e tipos de IDE (Secção 1.1.), nos efeitos do IDE no país de origem (Secção 1.2.), no impacto do IDE na procura de trabalho no país de origem (Secção 1.3.) e na evidência empírica acerca da relação entre o IDE e o emprego no país de origem (Secção 1.4.). Já no Capítulo 2 apresenta-se a metodologia utilizada: na Secção 2.1. procede-se à especificação do modelo e definição das variáveis; na Secção 2.2. efetua-se uma análise descritiva das variáveis do modelo. No Capítulo 3 apresentam-se os resultados empíricos, começando com uma análise das correlações entre as variáveis (Secção 3.1) e prosseguindo com a estimação econométrica da equação da procura de trabalho estática e dinâmica (Secção

3.2). Por último, apresentam-se as principais conclusões, limitações e sugerem-se algumas linhas de análise para futuras investigações.

Capítulo 1 - Revisão de literatura

De modo a responder à questão de investigação proposta é primordial clarificar os conceitos ligados a esta temática, assim como rever a literatura, teórica e empírica, acerca do tema. Assim, em primeiro lugar serão referidos, na Secção 1.1, os diferentes tipos de IDE. Na Secção 1.2. apresentar-se-á uma breve revisão dos impactos causados pelo IDE no país de origem. A Secção 1.3 incidirá sobre o impacto do IDE no mercado de trabalho no país de origem. Por último, na Secção 1.4, apresentar-se-á uma revisão dos principais estudos empíricos que enfatizam a mesma problemática.

1.1. Tipos de IDE

Desde a década de 60 que o comportamento das empresas multinacionais tem tido cada vez mais influência na economia mundial (Nishiyama e Yamaguchi, 2013), através dos seus investimentos no estrangeiro. O IDE pode ser definido como sendo um investimento por parte de uma entidade (indivíduo ou uma empresa) de um determinado país, com o objetivo de criar uma relação de longo-prazo, duradoura e de controlo efetivo de uma empresa residente noutro país (UNCTAD, 2005).

Dunning (1980; 2000), no âmbito da sua abordagem eclética ou paradigma “PLI”¹, refere que uma empresa só deverá realizar este tipo de investimento na presença de três tipos de vantagens: propriedade (P), localização (L) e internalização (I) . Desta forma, para realizar IDE as empresas deverão possuir vantagens específicas, como tecnologias inovadoras, competências organizacionais, entre outras. Por outro lado, a localização do investimento é, de igual modo, muito importante. Vários países ou regiões podem oferecer condições e recursos naturais (e.g., minerais, mão-de-obra não qualificada barata e abundante, produtos agrícolas, entre outros) que proporcionam uma mais-valia para as atividades da empresa relativamente ao seu país de origem. Assim, a localização permitirá à empresa aumentar ou explorar a sua vantagem específica ligada à

¹Embora existam outras teorias explicativas do IDE (e.g., a teoria das imperfeições de mercado (vantagens específicas das empresas) desenvolvida por Hymer em 1960, a teoria do ciclo de vida do produto (desenvolvida por Vernon em 1966), a teoria da internalização desenvolvida por McManus (1972) e Buckley e Casson (1976), entre outras) a escolha desta teoria reside no facto desta ser a mais abrangente, pois sintetiza várias teorias existentes (Ietto-Gillies, 2005).

propriedade. Por sua vez, a internalização aparece como sendo uma alternativa que permite à empresa organizar a criação e a exploração das suas principais competências graças às vantagens fornecidas pelas diferentes localizações espalhadas pelo mundo. Através da internalização as empresas procedem à integração de intermediários, tornando mais fácil a produção de bens e serviços pois já não têm que recorrer a contratos com entidades externas e evitam assim custos ligados à negociação e custos de transação. Desta forma, as MNEs irão realizar IDE quando estas três vantagens se verificarem em simultâneo, pois existe uma interdependência entre elas para que a empresa possa obter vantagens específicas que de outra forma não seria possível (Dunning 1980; 2000).

A realização de IDE envolve uma importante transferência para o país de acolhimento de um conjunto de ativos ou produtos intermédios, entre os quais podem ser referidos o capital financeiro, gestão e experiência organizacional, tecnologia, empreendedorismo, valores e normas culturais, entre outros (Dunning e Lundan, 2008). Desta forma, Imbriani, Pittiglio e Reganati (2011) referem que as atividades das multinacionais irão produzir efeitos económicos e, por essa razão, é importante ter em atenção o impacto provocado pelo investimento direto estrangeiro. Imbriani *et al.* (2011) frisam ainda que o investimento terá um efeito na economia nacional, quer seja a nível da produtividade quer seja a nível do emprego. Por outras palavras, ao envolver-se em atividades no exterior, a multinacional irá sofrer mudanças que podem trazer efeitos positivos ou negativos na sua performance, os quais estão relacionados com o tipo de IDE.

Tradicionalmente a literatura realçava que as empresas multinacionais realizavam dois tipos de IDE: vertical e horizontal (Mariotti *et al.*, 2003). Estudos mais recentes acrescentam o IDE como plataforma de exportação (*export-platform FDI*) (e.g., Greenaway e Kneller, 2007; Ito, 2013). Como realça Ito (2013, p.563) “*O antigo enquadramento do IDE horizontal e vertical não representa bem os modos reais de IDE*”.

Por um lado, algumas multinacionais procuram explorar as diferenças a nível dos custos dos fatores de produção, constatando-se uma tendência para investimentos em países cuja mão-de-obra é mais barata, através de uma deslocalização das atividades produtivas (Mariotti *et al.*, 2003; Braconier, Norbäck e Urban, 2005; Dunning e Lundan, 2008; Molnar, Pain e Taglioni, 2008; Antonietti e Antonioli 2011; Liu e Nunnenkamp,

2011). Estas empresas são designadas de multinacionais verticalmente integradas, cujo objetivo passa pela fragmentação dos processos produtivos por vários países, sem sacrificar os ganhos ligados à especialização (Sethupathy, 2013). Centrando-se no IDE vertical, Cuyvers, Dumont, Rayp e Stevens (2005) referem que as empresas de países abundantes em mão-de-obra mais qualificada tenderão a localizar a sua atividade produtiva e/ou de montagem no exterior, de modo a tirarem partido dos salários mais baixos e aproveitando para repartir a mão-de-obra qualificada pelos serviços da casa-mãe.

O IDE vertical é, segundo Markusen (1997, 2002a), Markusen e Maskus (2002b) e Lankhuizen (2014), mais utilizado quando existe uma diferença relativamente à dimensão e às capacidades entre os países. Nesse sentido, o *Knowledge-capital model of FDI*² salienta que a fase da produção pode ser realizada numa localização diferente daquela onde se encontram as atividades qualificadas (ativos de conhecimento) (Markusen, 1997, 2002a; Markusen e Maskus, 2002b). De facto, Carr, Markusen e Maskus (2001, 2003) referem que algumas atividades, tais como I&D, podem ser separadas geograficamente das atividades produtivas e de seguida serem fornecidas às fábricas a custos mais reduzidos. Este tipo de atividades está, segundo Markusen e Maskus (2002b) e Lankhuizen (2014), frequentemente associado à sede da empresa, pois atividades baseadas no conhecimento, gestão e na coordenação das fábricas necessitam de mão-de-obra qualificada, ao invés das atividades produtivas. Perante esta situação, em que existem diferenças nas capacidades de cada país, as empresas preferem separar o local das atividades produtivas da sede. Isto acontece sobretudo no caso do país de origem ter mão-de-obra qualificada em abundância e do país de destino ser relativamente abundante em mão-de-obra não qualificada (Lankhuizen, 2014). Resumindo, segundo Lankhuizen (2014), o IDE vertical será preferido quando existe uma diferença a nível do mercado e das capacidades dos países, ou seja, a empresa tenderá a separar as atividades produtivas da sede. Assim, as atividades consideradas como sendo mais qualificadas (e.g., marketing, investigação e desenvolvimento, entre outras) permanecerão na sede e as atividades que necessitam de mão-de-obra menos qualificada (atividades produtivas) serão transferidas para outros países (Lankhuizen, 2014).

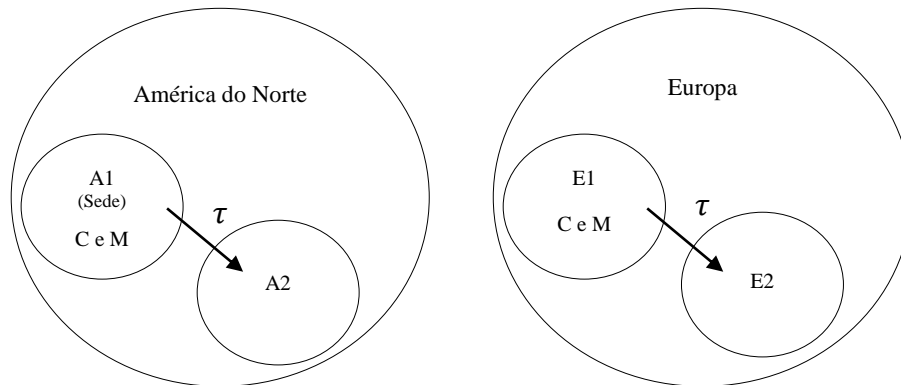
² O *Knowledge-capital model of FDI* é um modelo híbrido, desenvolvido por Markusen (1997, 2002a) e testado por Carr *et al.*, (2001, 2003), que incluiu o IDE vertical e horizontal.

Por outro lado, várias multinacionais são motivadas pela redução dos custos de comércio internacional, tratando-se neste caso de uma integração horizontal, pois essas empresas irão replicar o mesmo processo produtivo em vários países, beneficiando das suas semelhanças ao nível das capacidades (Yeaple, 2003; Molnar *et al.*, 2008; Elia, Mariotti, e Piscitello, 2009; Yamashita e Fukao, 2010). Nesse sentido, o IDE horizontal é motivado pela vontade das MNEs terem acesso a novos mercados e oportunidades (Blomström, Fors e Lypsey, 1997; Mariotti *et al.*, 2003), evitando complicações ligadas ao mercado, como custos de transporte e barreiras às importações e exportações (Herzer, 2011). Neste tipo de IDE, as MNEs beneficiam da proximidade com os clientes, substituindo as exportações pela presença local (Simpson, 2012). De acordo com o “*Knowledge-capital model of FDI*” desenvolvido por Markusen (1997, 2002a) e testado por Carr *et al.*, (2001, 2003), se os mercados forem grandes e os países oferecerem o mesmo tipo de capacidades, o IDE horizontal é a opção mais viável. Assim, as economias de escala a nível da empresa, resultantes dos custos fixos relativos aos ativos de conhecimento, sendo estes, segundo Lankhuizen (2014), ativos que têm um “*joint-input*” ou “*public good character*”, dão origem às empresas horizontais. Como refere Markusen (1997, 2002a), uma vez criados estes ativos podem ser transferidos para as subsidiárias (unidades de produção) a custos reduzidos, dando origem às empresas ditas horizontais. Nesse sentido, a decisão de exportar ou de criar uma nova fábrica num novo mercado dependerá, essencialmente, das economias de escala que a empresa pode obter em relação aos custos de transação.

Finalmente, importa mencionar o IDE realizado com o objetivo de criar uma plataforma de exportação. Kneller e Pisu (2004) e Greenaway e Kneller (2007) referem que a plataforma exportadora de IDE consiste na criação de novas instalações de produção num país estrangeiro, onde uma parte ou toda a capacidade produtiva será utilizada para fornecer uma linha de produtos (única) a um terceiro país que não seja o país de origem. Ito (2013) aprofunda a definição da plataforma de exportação distinguindo entre plataforma exportadora de tipo horizontal e de tipo vertical (ver figura 1). Construindo um modelo baseado em duas regiões (América do Norte e Europa) e incluindo dois países em cada região, os autores admitem a possibilidade de IDE horizontal e vertical mas também os casos de plataforma exportadora horizontal e vertical. No caso de plataforma exportadora horizontal, uma MNE, com sede no país A1, tem as fábricas de componentes

(C) e de montagem (M) num único país em cada uma das regiões e irá exportar os seus produtos, a partir dos dois países onde está presente, para os países das respectivas regiões (Ito, 2013)³, como evidenciado na Figura 1.

Figura 1: Plataforma exportadora horizontal



Legenda: As setas representam os fluxos de produtos finais. τ - representa os custos de transporte (*iceberg trade costs*).

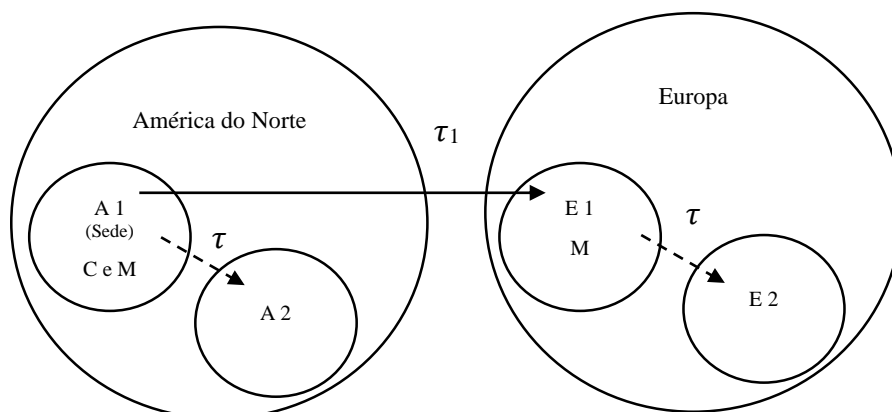
Fonte: Adaptado de Ito (2013, p. 566)

Por sua vez, na plataforma exportadora vertical, a MNE tem no país de origem (A1) as fábricas de componentes e de montagem que irão fornecer os produtos a nível interno e ao país da sua região (A2). Paralelamente, na região estrangeira (Europa) a MNE tem fábricas de montagem num determinado país (E1) cuja função é fornecer os produtos ao outro país da região (E2) (Ito, 2013)⁴, como evidencia a Figura 2.

³ Note-se que, de acordo com Ito (2013), no IDE horizontal assume-se que as empresas têm fábricas de componentes e montagem nos 4 países, não existindo fluxos comerciais de produtos finais.

⁴ No IDE vertical assume-se que as empresas têm fábricas de componentes no seu país de origem e montagem nos 4 países (Ito, 2013).

Figura 2: Plataforma exportadora vertical



Legenda: As setas tracejadas representam o fluxo de produtos finais. A seta cheia representa o fluxo de componentes. τ – representa os custos de transporte, τ_1 – representa os custos de transporte inter-regionais.

Fonte: Adaptado de Ito (2013, p. 566)

Segundo Ekholm, Forslid e Markusen (2007), o que leva à realização de IDE com o objetivo de criar uma plataforma de exportação são os custos inferiores que se podem obter no país estrangeiro em relação ao país de origem. No entanto, convém referir que a dispersão de unidades produtivas em vários países acarreta custos para a empresa, sejam eles fixos ou marginais. Desta forma, a decisão quanto ao tipo de plataforma exportadora a adotar irá variar consoante estes custos.

Assim, segundo Dunning (2000), além da procura de mercados (IDE horizontal) e de recursos (IDE vertical), as MNEs realizam, de igual modo, IDE motivado pela procura de eficiência, ou seja, procuram obter uma maior especialização e divisão mais eficiente do trabalho (plataforma exportadora) e assim diversificar a sua carteira de empresas (nacionais e internacionais)⁵.

O conhecimento do tipo de IDE e do motivo subjacente ao mesmo é essencial para compreender os efeitos desse investimento no país de origem.

⁵ Segundo Dunning (2000), além dos motivos já referidos, as empresas procuram também obter ativos estratégicos, protegendo ou aumentando as vantagens específicas ligadas à propriedade e/ou reduzindo as dos seus concorrentes.

1.2. Impacto do Investimento Direto Estrangeiro no país de origem

A realização de IDE pode ter um impacto significativo no país de acolhimento, mas também no de origem. No que se refere ao país de acolhimento, a extensa literatura sugere que o impacto do IDE ocorre sobretudo através de *spillovers* (e.g., imitação de tecnologias, contratação de trabalhadores das MNEs, melhoria da produtividade das empresas nacionais, entre outros) (Blomström e Kokko, 2000). No entanto, os estudos que analisam os efeitos do IDE no país de origem são em menor número (Driffield, Love, e Taylor, 2009). Mas, segundo Temouri e Driffield (2009), o impacto do IDE no país de origem tem sido cada vez mais abordado nos últimos anos.

De facto, vários autores têm demonstrado cada vez mais interesse em estudar os efeitos que o IDE gera no país de origem. De acordo com Blomström *et al.* (1997), o IDE poderá acarretar consequências negativas em vários aspetos, nomeadamente através de uma redução nas exportações, pois substitui-as, uma diminuição do investimento no país de origem, assim como uma menor criação de novos postos de trabalho. Contudo, os mesmos autores referem que estes investimentos são necessários para que as empresas nacionais possam crescer no contexto de mercados internacionais. Liu e Nunnenkamp (2011) salientam que o impacto no país de origem irá depender da dimensão, localização e do tipo de IDE.

Um fator importante a ter em conta sobre o IDE prende-se com o facto de que este irá afetar a produtividade da empresa investidora, assim como a produtividade das empresas presentes no país de origem, através de *spillovers* (Rodríguez-Clare, 1996; Blomström e Kokko, 1998; Herzer, 2011). De facto, Cuyvers *et al.* (2005) referem igualmente efeitos a dois níveis: efeitos dentro da MNE e no setor onde está inserida. As atividades desenvolvidas, nomeadamente serviços, pela empresa-mãe irão criar efeitos a nível interno, mas também terão uma influência na procura de trabalho fora da empresa (e.g., serviços de contabilidade, bancários, de consultoria entre outros). Assim, as pequenas empresas nacionais podem beneficiar do conhecimento, da experiência e da tecnologia (copiando-a) da sede da MNE para melhorar as suas produções. Desse modo, o crescente aumento da concorrência internacional leva a que as MNEs e as empresas nacionais sejam mais eficazes no uso dos seus recursos. Desta forma, as MNEs investidoras são capazes de fornecer *inputs* de melhor qualidade e a custos mais baixos

aos produtores locais. O crescimento das MNEs, graças ao IDE realizado, permite também aos fornecedores locais beneficiarem de economias de escala e obterem ganhos consideráveis de produtividade (Blomström e Kokko, 1998; Herzer, 2011).

Outro efeito interessante encontra-se a nível da estrutura de produção da empresa que realiza o IDE. Uma vez que a empresa fragmenta o seu processo produtivo, pode deixar de produzir produtos acabados destinados à exportação (ou para venda nacional) e especializar-se na produção e exportação de produtos intermédios para as suas filiais estrangeiras (Blomström e Kokko, 1998; Criscuolo, 2009). A especialização pode gerar *spillovers* positivos ligados à produção, quer a nível de trabalhadores qualificados quer de salários, uma vez que as empresas poderão tornar-se mais competitivas em indústrias de *high-tech*, pois transferiram as atividades de mão-de-obra não qualificada para países estrangeiros, ou então motivar investimentos que não estejam diretamente relacionados com a MNE. Por exemplo, poderão ser criados institutos de formação especializada e empresas de consultoria, que, caso contrário, não poderiam estabelecer-se uma vez que o mercado não detinha dimensão suficiente (Blomström e Kokko, 1998).

Além dos efeitos mencionados anteriormente, é de referir que o IDE tem também um impacto importante no mercado de trabalho do país de origem. Desta forma, uma questão frequentemente debatida no país de origem, segundo Blomström e Kokko (2000), está relacionada com facto de o IDE gerar uma situação de complementaridade ou de substituíbilidade no mercado de trabalho nacional. Sendo este o objetivo principal do presente trabalho, esta questão será analisada mais detalhadamente na secção seguinte.

1.3. Impacto do IDE no mercado de trabalho do país de origem

Como referido na secção anterior, a realização de IDE produz diversos efeitos no país investidor, entre os quais, efeitos sobre a procura de trabalho. Falk e Wolfmayr (2010) frisam que o receio de perderem postos de trabalho, devido ao *offshoring*⁶ para os países de baixo custo (e.g., Europa Central e de Leste, China e Sudoeste Asiático) levou






⁶ Segundo a UNCTAD (2004), o *offshoring* representa o *outsourcing* fronteiro de serviços. Desta forma, o *offshoring* pode ser a relocação das atividades produtivas ou de serviços subcontratados além fronteiras, através da deslocação das atividades da MNE (IDE) ou de uma relação contratual com outra empresa (subcontratação).

alguns governos a criarem políticas de incentivo ao investimento dentro do país de origem. Por exemplo, os EUA introduziram, em 2004, a “*Homeland Investment Act*” com o intuito de motivar o investimento nacional (UNCTAD, 2007). Esta medida criou uma “*tax holiday*” temporária para todos os dividendos que fossem repatriados, oriundos das subsidiárias estrangeiras controladas pelas MNEs americanas, se fossem respeitadas determinadas condições (UNCTAD, 2006). De modo a aproveitar as taxas de imposto reduzidas, as MNEs americanas repatriaram os lucros das subsidiárias estrangeiras, diminuindo o reinvestimento dos seus lucros no estrangeiro e contribuindo para uma diminuição dos *outflows* de IDE em 2005 (UNCTAD, 2006).

No entanto, em resposta aos sindicatos que defendem que o IDE realizado pelas MNEs tem um impacto negativo no emprego nacional, assim como a queda das exportações e o aumento das importações, Baldwin (1994) refere que a maioria do IDE realizado é impulsionado pelo aumento da competitividade dos produtores estrangeiros e, dessa forma, o trabalho no país de origem iria diminuir mesmo que as empresas não investissem no exterior. No entanto, segundo o mesmo autor, as MNEs afirmam que conseguem manter o nível de emprego no país de origem, mantendo as atividades qualificadas no país e transferindo as atividades de trabalho intensivo para o exterior. Ademais, as MNEs frisam um aumento na procura de produtos intermédios, produzidos internamente, contribuindo dessa forma para o equilíbrio no emprego no país de origem (Baldwin, 1994).

Constata-se, pois, que não existe consenso quanto ao impacto do IDE no emprego do país de origem. Em particular, e como referido anteriormente, o impacto do IDE no país de origem pode variar consoante o motivo subjacente ao investimento da multinacional, assim como o tipo de investimento realizado (Blomström *et al.*, 1997; Herzer, 2011). A Tabela 1 apresenta uma síntese dos efeitos do IDE no emprego do país de origem, evidenciando a sua relação com o tipo de IDE realizado.

Tabela 1: Efeitos do IDE na procura de trabalho no país de origem

Tipos de IDE	Efeitos no emprego	
VERTICAL Deslocalização das atividades menos qualificadas e centralização das atividades mais qualificadas	Anulações contratuais; Menor procura de bens e serviços.	 Diminuição do emprego
	Diminuição dos custos; Aumento da competitividade; Aumento da procura de produtos intermédios.	 Aumento do emprego
HORIZONTAL Replicação do processo produtivo (atividades produtivas)	Substituição das exportações pela produção no exterior.	 Diminuição do emprego
	Melhoria da produtividade da empresa; Criação de novas atividades; Aumento das exportações de serviços.	 Aumento do emprego
PLATAFORMA EXPORTADORA Criação de novas instalações (no exterior) utilizadas para fornecer uma linha de produtos a um terceiro país.	Deslocalização das linhas de produção; Substituição das exportações nacionais;	 Diminuição do emprego

Fonte: Elaboração própria

Blomström e Kokko (1998) frisam que, por via do IDE, a mão-de-obra nacional será mais qualificada e os salários serão relativamente superiores aos praticados no país de acolhimento. Desta forma, a estrutura do mercado de trabalho nacional irá concentrar-se nas indústrias mais avançadas que necessitam de mão-de-obra mais qualificada, sendo que os processos produtivos que necessitam de mão-de-obra menos qualificada serão deslocalizados para o estrangeiro. Imbriani *et al.* (2011) salientam que, no caso do IDE vertical de tipo *forward*⁷, este poderá ter efeitos positivos no emprego se houver a criação de agências que proporcionem um aumento da procura dos produtos produzidos pela

⁷ Segundo Marcin (2008), o IDE vertical de tipo *forward* é realizado quando a empresa deseja aumentar a procura dos seus produtos, prestando assistência aos clientes locais e demonstrando como é que os produtos devem ser usados. Por sua vez, o IDE vertical de tipo *backward* surge quando as empresas desejam melhorar a qualidade dos *inputs* intermédios, através de novos fornecedores residentes no exterior.

empresa. Por outro lado, se for IDE de tipo *backward*, este irá reduzir o emprego no país de origem, pois os produtos intermédios eram fornecidos por empresas nacionais antes do investimento no exterior. Blomström *et al.* (1997) referem também que as empresas ao fracionarem a sua produção, dispersando-a pelo exterior, nomeadamente em países cuja mão-de-obra é mais barata, contribuirão para que haja uma redução no emprego interno. É igualmente de frisar que a deslocalização vertical não terá apenas efeitos no emprego da empresa-mãe; o ambiente comercial no qual a empresa opera deve também ser considerado, sobretudo as empresas subcontratadas e as externalidades locais provocadas pela procura de *inputs* especializados, serviços e competências de gestão e operacionais originadas pela empresa-mãe (Rodríguez-Clare, 1996).

Cuyvers *et al.* (2005) realçam a ambiguidade dos efeitos sobre o emprego. De acordo com os autores haverá dois tipos de efeitos: será constado, em primeiro lugar, um efeito negativo direto, pois haverá uma substituição dos trabalhadores não qualificados do país de origem pelos trabalhadores não qualificados do país de acolhimento, e, em segundo lugar, haverá um efeito positivo indireto, por via do aumento nas atividades qualificadas da empresa-mãe que originará um aumento de trabalhadores qualificados. Na mesma linha de Cuyvers *et al.* (2005), Mariotti *et al.* (2003) referem que a produção das filiais no estrangeiro irá gerar dois tipos de efeitos no mercado interno: substituíbilidade e complementaridade. Haverá um efeito de substituíbilidade no emprego interno causado por eventuais anulações contratuais com empresas subcontratadas e pela redução da procura de mercadorias e serviços. Também Elia *et al.* (2009) consideram que a anulação de contratos com empresas subcontratadas, assim como a perda de quotas de mercado por parte dos fornecedores locais, e a perda da possibilidade de se desenvolverem/crescerem graças à relação com as MNE pode gerar efeitos negativos no emprego. No mesmo seguimento, Zapkau, Schwens e Kabst (2014) referem que quando o IDE é realizado em países onde existe uma grande diferença entre os fatores de produção, cujo o objetivo é de reduzir os custos de produção, o efeito que se verificará no país de origem é de substituíbilidade. No entanto, quando a empresa-mãe melhorar a sua competitividade, haverá um aumento da procura de *inputs* específicos (bens intermédios), ou seja, conseguirá criar um efeito complementar no mercado interno (Mariotti *et al.*, 2003). O crescimento da MNE e a transferência de unidades produtivas para o exterior causará um efeito positivo nos fornecedores da empresa-mãe, pois podem

também tornar-se fornecedores das filiais estrangeiras (Blomström e Kokko, 2000; Elia *et al.*, 2009).

De facto, Cuyvers e Soeng (2011) concluíram que a complementaridade que existe entre as operações internas e externas permite um crescimento das atividades no país de origem. Desse modo, possibilita o desenvolvimento de outras atividades e, conseqüentemente, um aumento no emprego interno. Assim, a nova estrutura da cadeia de valor da MNE permitirá que esta se torne mais eficiente e que melhore a sua competitividade, provocando a longo-prazo um aumento da produtividade interna (Herzer, 2011). Desta forma, a produção no exterior pode ter um efeito positivo na produção do país de origem, devido à fragmentação do processo produtivo para países com níveis salariais mais baixos, o que motivará uma reorganização da estrutura do trabalho a nível interno onde as MNEs procurarão trabalhadores com melhores qualificações (Elia *et al.*, 2009). Cuyvers e Soeng (2011) consideram, assim, que devem ser formuladas políticas de incentivo à internacionalização das empresas nacionais, via IDE, pois podem ter um impacto positivo no emprego do país de origem, uma vez que não haverá uma diminuição de postos de trabalho, mas sim uma reorganização na estrutura da procura de emprego. Ou seja, verifica-se uma diminuição no emprego em certas áreas, nomeadamente as que necessitam de trabalhadores menos qualificados, o que gerará um aumento na procura de trabalhadores qualificados (Cuyvers e Soeng, 2011).

Por sua vez, no caso do IDE horizontal, a empresa produz os mesmos produtos e/ou serviços no país de origem e no país de acolhimento (Markusen, 2002a; Liu e Nunnenkamp, 2011). Este tipo de IDE, realizado quando a empresa deseja estar presente num determinado mercado, tem um impacto negativo no emprego nacional, uma vez que a multinacional substitui as exportações (e portanto, produção interna) pela produção externa (Imbriani *et al.*, 2011). Contudo, este investimento traz várias vantagens para a empresa, nomeadamente uma melhoria da produtividade, através da aprendizagem e economias de escala, assim como a produção no exterior, permitindo à empresa beneficiar de novas tecnologias, conhecimentos e ideias, que também podem ser utilizadas no país de origem (Imbriani *et al.*, 2011).

É de referir ainda que as empresas horizontais irão necessitar de mais trabalhadores qualificados nos países de origem de modo a gerir e coordenar as novas fábricas, contribuindo dessa forma para um aumento de trabalhadores qualificados na sede (Lankhuizen, 2014). Assim, Zapkau *et al.*, (2014) frisam que o IDE horizontal tem efeitos positivos a nível do emprego no país de origem, quando este é realizado com o objetivo de desenvolver os mercados, em países cujos fatores de produção são indênticos aos do país de origem e cujas vendas são feitas através das subsidiárias. Nesse sentido, Herzer (2011) salienta que nem todo o investimento do tipo horizontal contribuiu negativamente para o emprego interno. Segundo o autor, os casos de produção horizontal completa são muito raros e, nesse sentido, a eventual “componente vertical” existente no processo produtivo fará com que as exportações de bens e serviços do país de origem para o recetor cresçam. De modo a exemplificar, Herzer (2011) frisa que a casa-mãe fornece serviços especializados (e.g., I&D, marketing, gestão estratégica), independentemente do facto dos bens finais serem produzidos no país de origem ou no exterior.

Por último, o IDE realizado com o objetivo de criar uma plataforma exportadora ocorre quando empresas desejam criar novas linhas de produção em países estrangeiros onde a sua capacidade produtiva será utilizada para abastecer um terceiro país (Kneller e Pisu, 2004; Greenaway e Kneller, 2007). Segundo Liu e Nunnenkamp (2011), este tipo de IDE tem um impacto negativo na procura de trabalho no país de origem pois quaisquer eventuais aumentos na procura de trabalho resultantes de uma possível complementaridade entre a produção destinada à exportação (no país de acolhimento) e o fornecimento de *inputs* oriundos do país de origem, são inferiores à diminuição do emprego no país de origem causada pela deslocalização das linhas de produção para países onde os custos de produção são mais baixos. Assim, pode-se aludir que abastecer os mercados estrangeiros através da plataforma-exportadora (substituindo as exportações do país de origem) substitui o emprego nacional (levando assim a uma diminuição na procura de mão-de-obra não qualificada) (Liu e Nunnenkamp, 2011).

Pode-se então referir que os efeitos são variados consoante o tipo de IDE realizado. No caso de IDE horizontal é de esperar que este venha a substituir as atividades da empresa no país de origem e, portanto, diminuindo o emprego, pelo menos a nível da indústria transformadora (Liu e Nunnenkamp, 2011). Contudo, o IDE horizontal também pode acarretar efeitos positivos decorrentes da criação de novas atividades (Lankhuizen,

2014) e assim permitir o aumento do emprego. Por sua vez, o efeito do IDE vertical no emprego do país de origem é também ambíguo. Se, por um lado, pode proporcionar um aumento da procura de produtos intermédios (Imbriani *et al.*, 2011), permitir a criação de novas atividades na sede (Liu e Nunnenkamp, 2011) criando assim uma relação de complementaridade entre as empresas nacionais e as operações no estrangeiro (Braconier e Ekholm, 2000), contribuindo para que haja um aumento no emprego, por outro lado, pode ter efeitos negativos pois leva a uma diminuição na procura de bens e serviços nacionais (Mariotti *et al.*, 2003). Relativamente à plataforma exportadora, este último tipo de IDE tem um efeito negativo na procura de trabalho no país origem (Liu e Nunnenkamp, 2011).

Assim, o impacto do IDE ao nível do emprego dependerá da importância dos vários tipos de IDE. Segundo Markusen (2002a), a maior parte do IDE realizado pelas MNEs é na procura de mercados, ou seja, o IDE horizontal é preferido ao vertical, pois grande parte da produção das subsidiárias estrangeiras é vendida localmente. Dados recentes da UNCTAD (2014a) apontam no mesmo sentido: confirmam que tem havido um aumento dos investimentos realizados na procura de mercados, nomeadamente o IDE realizado na indústria farmacêutica, retalho, turismo, finanças, transporte e tecnologias de informação.

1.4. Evidência empírica sobre os efeitos do IDE no país de origem

Como referido anteriormente, existe na literatura um significativo número de estudos empíricos que se debruçam sobre a relação entre o IDE e o emprego (ou procura de trabalho) do país investidor. Numa análise à literatura empírica acerca desta relação podemos encontrar diferentes tipos de trabalhos, os quais podem ser organizados atendendo ao nível de desagregação dos dados utilizados. Desta forma, nas Secções seguintes apresenta-se uma síntese dos estudos existentes, ao nível da empresa e ao nível da indústria.

1.4.1. Estudos a nível microeconómico

Nesta secção serão abordados e comentados alguns dos estudos existentes que enfatizam os efeitos gerados pelo IDE na procura de trabalho no país de origem, com enfoque a nível microeconómico. A Tabela 2 permite identificar esses estudos, assim como os resultados neles obtidos.

Tabela 2: Efeitos do IDE na procura de trabalho no país de origem - estudos a nível microeconómico

Autores	País	Período de análise	Amostra	Método	Variável dependente	Proxy do IDE	Impacto do IDE no emprego
Blomström e Kokko (2000)	Suécia	1986-1994	Multinacionais suecas	Análise da dinâmica do emprego	-	-	(-)
Cuyvers <i>et al.</i> (2005)	Europa	1994-1998	200 000 maiores empresas europeias	3SLS	Emprego na empresa-mãe e subsidiárias	<i>Foreign affiliate employment to value added ratio</i>	(-)
Konings e Murphy (2006)	UE	1993-1998	1 067 MNEs	Log-Linear	Emprego na empresa-mãe	Produção total da MNE	(-) pouco significativo
Elia <i>et al.</i> (2009)	Itália	1996-2002	MNEs da indústria transformadora	SUR	Procura de trabalhadores qualificados e não-qualificados	Nº de trabalhadores das subsidiárias	(-)
Falk e Wolfmayr (2010)	Europa	2000-2004	34 415 MNEs	OLS	Emprego na empresa-mãe e nas subsidiárias	Produção e salários na casa mãe / produção e salários nas subsidiárias	(-)
Simpson (2012)	Reino Unido	1998-2003	MNEs da indústria transformadora	Dados em painel	Existência da fábrica	Dummy	(-)
Masso <i>et al.</i> (2008)	Estónia	1995-2002	41 000 empresas	PSM	Crescimento do nº de trabalhadores da empresa	Dummy	(+)
Yamashita e Fukao (2010)	Japão	1991-2002	MNEs da indústria transformadora	OLS + fixed effect + IV	Emprego na empresa-mãe	Venda das subsidiárias	(+)
Cuyvers e Soeng (2011)	Bélgica	1999-2007	254 MNEs	Dados em painel	Emprego na empresa-mãe	Produção das subsidiárias	(+)
Blomström <i>et al.</i> (1997)	EUA e Suécia	1989 e 1970, 1974, 1978, 1986, 1990 e 1994	MNEs da indústria transformadora	OLS	Emprego na empresa-mãe	Vendas líquidas das subsidiárias	(-) nos EUA; (+) na Suécia

Tabela 2 (continuação)

Braconier e Ekholm (2000)	Suécia	1970, 1974, 1978, 1986, 1990 e 1994	44 MNEs e 594 filiais	Efeitos fixos	Emprego na empresa-mãe;	Procura externa	(-) IDE em países com rendimentos elevados; (0) IDE em países com rendimentos mais baixos
Mariotti <i>et al.</i> (2003)	Itália	1985-1995	723 MNEs	Multiple OLS regressions	Empregados da indústria regional	Trabalhadores nas subsidiárias	(+) se IDE realizado em PD; (-) se realizado em PED
Liu e Nunnenkamp (2011)	Taiwan	1952-2008	2 268 empresas	Probit	Emprego nacional	Proporção de trabalhadores estrangeiros no total da MNE	(-) se IDE vertical; (+) se IDE horizontal
Imbriani <i>et al.</i> , (2014)	Itália	1998-2006	1 850 empresas	Pooled OLS + Random effects + Fixed effects	Emprego na empresa-mãe	Salário nas filiais / emprego nas filiais	(-) se IDE realizado na ind. Trans.; (+) se IDE realizado nos serviços
Zapkau <i>et al.</i> , (2014)	Alemanha	-	1 079 empresas	Ordered Logistic Regression	Efeitos no trabalho nacional	Motivos para o IDE	(-) se IDE vertical; (+) se IDE horizontal
Temouri e Driffeld (2009)	Alemanha	1997-2008	2 129 MNEs	GMM	Número de empregados na empresa-mãe	Salários médios nas subsidiárias	(0)

Legenda: +/-0: Efeito positivo/ negativo/ estatisticamente não significativo ou neutro; OLS - *Ordinary Least Squares*; 3SLS - *Three-Stage Least Squares*; SUR - *Seemingly Unrelated Regressions*; PSM - *Propensity Score Matching* e GMM - *Generalized Method of Moments*.

Fonte: Elaboração própria

Analisando a Tabela 2, podemos verificar que os resultados obtidos pelos estudos foram vários, sendo estes positivos, negativos ou mistos. De uma forma geral, os países investigados fazem parte do grupo de países classificados como sendo países desenvolvidos,⁸ sendo poucos os estudos que analisam países em desenvolvimento, o que pode ser explicado pelo facto destes países só recentemente terem ganho importância em termos de realização de IDE⁹. De facto, na maioria dos estudos apresentados as MNEs analisadas são oriundas de países desenvolvidos, situados geralmente na Europa, na América do Norte (EUA) e na Ásia (Japão). Adicionalmente, convém de igual forma referir que os períodos de análise dos estudos são relativamente antigos (2008

⁸ Segundo o Banco Mundial (2015), existem 75 economias consideradas como desenvolvidas (*High-income economies*) entre as quais se encontram todos os países representados na Tabela 2, à exceção de Taiwan.

⁹ Segundo dados recentes disponibilizados pela UNCTAD, em 2013 as economias em desenvolvimento foram responsáveis por 39% do IDE enquanto em 1999 representavam apenas 7% do IDE realizado. (UNCTAD, 2014a).

corresponde ao ano mais recente) e podem, nesse sentido, não corresponder à realidade atual. De referir que os períodos de análise são, na maioria dos casos, superiores ou iguais a 5 anos, verificando-se apenas duas exceções, nomeadamente Blomström *et al.* (1997) e Braconier e Ekholm (2000), onde os autores optaram por uma abordagem anual. Pode-se de igual forma constatar a utilização de diferentes métodos pelos diversos autores para realizarem os seus estudos, assim como o uso de diferentes proxies quer para medir o emprego quer no que se refere ao IDE. Como medida do emprego os autores utilizaram, de uma forma generalizada, o nível de emprego na empresa-mãe. Como medida do IDE é frequente a utilização de indicadores da atividade das subsidiárias, tais como a produção total das subsidiárias, as vendas das subsidiárias, o nível de emprego, entre outras.

Em primeiro, iremos começar por analisar os estudos onde os resultados encontrados foram negativos, ou seja, de substituição. Blomström e Kokko (2000) realizaram uma análise dinâmica do emprego e concluíram que, se nos EUA a realização do IDE levou a uma mudança estrutural, favorecendo as atividades ditas qualificadas, na Suécia o efeito verificado não é considerado o ideal nas atividades *high-tech*, no final dos anos 80. Segundo Blomström e Kokko (2000), houve uma mudança no ambiente negocial do país a nível do ambiente institucional, assim como nas condições de oferta e procura nos mercados de fatores da Suécia, que permitiu melhorar a sua competitividade e dessa forma contribuir para o aumento de postos de trabalho qualificado.

Cuyvers *et al.* (2005), Konings e Murphy (2006), Elia *et al.* (2009), Falk e Wolfmayr (2010) e Simpson (2012) obtiveram também resultados negativos. No primeiro caso, Cuyvers *et al.* (2005) verificaram um efeito negativo na procura de trabalho nos países de origem das MNEs que realizam IDE nos países de Europa Central e de Leste, referindo que existe uma substituíbilidade entre o emprego da casa-mãe e das suas filiais. Konings e Murphy (2006) obtiveram resultados idênticos, contudo, relativamente aos países do sul da UE e Europa Central e de Leste, os resultados foram pouco significativos. Elia *et al.* (2009) chegaram à conclusão de que, quando o investimento realizado é vertical, o impacto observado é negativo (de substituição) na mão-de-obra não qualificada. Os autores acrescentam que quando o IDE realizado com o objetivo de ter acesso à tecnologia é realizado nos países mais desenvolvidos, verifica-se, igualmente, uma diminuição do emprego no país de origem, sendo, neste caso, da mão-de-obra qualificada. Por sua vez, Falk e Wolfmayr (2010) referem que a diminuição dos salários

nas filiais leva a uma diminuição na procura de trabalho na empresa-mãe. No entanto, os resultados obtidos foram mais significativos na indústria transformadora, sendo que na indústria de serviços foram quase nulos, o que leva a concluir que os primeiros são mais facilmente substituídos do que os últimos. Simpson (2012) refere que quando as MNEs do Reino Unido investem em países cujos salários são menos elevados, de modo a obterem custos de produção inferiores, contribuem para o encerramento das fábricas e consequente desemprego de trabalhadores menos qualificados.

No entanto, além dos estudos referidos anteriormente, onde os efeitos constatados foram essencialmente de substituição, vários autores encontraram resultados opostos, ou seja, constataram que o IDE tem um efeito positivo na procura de trabalho no país de origem.

Masso, Varblane e Vahter (2008) analisaram estes efeitos para uma economia em transição obtendo resultados positivos. De facto, os autores frisam que este resultado é devido ao tipo de IDE realizado, nomeadamente um investimento Sul-Sul, que mostra a intenção de obter economias de escala e novos clientes (investimentos horizontais). Masso *et al.* (2008) afirmam que o IDE tem um efeito positivo no emprego a curto-prazo. Relativamente aos setores, foram identificados efeitos mais significativos na indústria dos serviços do que na indústria transformadora. Por outro lado, Yamashita e Fukao (2010) obtiveram resultados positivos para a indústria transformadora. De facto, os autores concluem que o IDE realizado não teve um efeito negativo na procura de trabalho, realçando o facto de que o mesmo contribuiu, embora de modo pouco significativo, para a manutenção do nível de emprego japonês. Ou seja, as atividades realizadas no exterior são complementares às realizadas no país de origem, permitindo, desta forma, à MNE reestruturar-se e focar-se nas principais atividades da sua área de negócio.

Por sua vez, Cuyvers e Soeng (2011) investigaram os efeitos do IDE belga na procura de trabalho das empresas-mãe. Os autores concluíram, através do modelo utilizado, que o aumento das atividades produtivas no estrangeiro leva a uma necessidade de criar novas atividades no país de origem aumentando, desta forma, a procura de trabalho nacional. Cuyvers e Soeng (2011) concluíram também que o IDE belga nos países da Europa Central e de Leste, com o objetivo de obter fatores de produção a custos mais baixos (IDE vertical), está positivamente associado ao emprego da MNE no país de

origem. Foi também constatado que o IDE belga realizado nos países europeus com salários mais elevados gera, de igual modo, um efeito positivo no emprego da empresa-mãe na Bélgica.

Um terceiro grupo de estudos analisados é um grupo em que os resultados obtidos são mistos, ou seja, consoante o tipo de IDE ou o tipo de indústria/país onde é realizado, o efeito observado pode ser positivo ou negativo.

Blomström *et al.* (1997) estudaram a relação entre as subsidiárias e o emprego na empresa-mãe para uma amostra de empresas da indústria transformadora dos EUA e da Suécia. Os autores concluíram que quanto maiores forem as vendas líquidas no estrangeiro (isto é nas subsidiárias), menor o emprego nos EUA. Por sua vez, na Suécia, o efeito verificado foi o oposto, ou seja, maior será o emprego. Segundo os autores, estes resultados devem-se às estratégias utilizadas pelas MNEs americanas e suecas. Nesse sentido, as MNEs americanas ao investirem em países em desenvolvimento, em busca de custos de produção mais vantajosos, leva a uma diminuição da produção nacional e consequente diminuição de emprego, nomeadamente, na mão de obra não-qualificada. Por sua vez, a estratégia das MNEs suecas leva a um aumento do emprego nacional, para um determinado nível de produção, pois ao contrário das MNEs americanas que preferem produzir em países cujos custos de produção são mais baixos, as MNEs suecas produzem pouco no exterior dando prioridade à produção nacional. Num estudo sobre o impacto do IDE realizado no exterior na procura de trabalho na Suécia, Braconier e Ekholm (2000) verificaram, por sua vez, a existência de uma substituição no emprego da empresa-mãe quando a MNE decide investir em países cujos rendimentos são elevados. Por outro lado, não foi encontrada nenhuma evidência de que o mesmo efeito existe quando a MNE investe em países com rendimentos mais baixos.

Mariotti *et al.* (2003) constataram que o impacto difere consoante o país recetor de IDE, assim como a disseminação setorial das empresas-mãe italianas. Desta forma, os autores salientam que o investimento realizado no exterior com o objetivo de obter fatores de produção a um custo mais reduzido leva a uma contração da intensidade de trabalho em cada região do país que esteja, direta ou indiretamente, envolvida no processo. Contudo, quando o IDE é realizado em países desenvolvidos, este tem um efeito positivo no país de origem. No entanto, o investimento realizado em países menos desenvolvidos

que não sejam europeus, apresentam resultados diferentes, devido às estratégias das MNE italianas que procuram obter benefícios a nível dos fatores de produção, mas também procuram penetrar em novos mercados. Desta forma, verifica-se que quando as MNEs entram em novos mercados, optam pela conjugação dos diferentes tipos de IDE (vertical e horizontal), com o intuito de retirar maiores benefícios da sua presença nos mercados estrangeiros.

Também Liu e Nunnenkamp (2011) referem que a localização do IDE tem um impacto importante quer na produção quer no emprego no país de origem. Desta forma, os autores salientam que o IDE realizado por Taiwan na China está associado a uma realocação das atividades produtivas e contribui para uma diminuição de trabalhadores menos qualificados no país de origem. Por outro lado, o IDE realizado em países mais desenvolvidos não tem impacto no emprego, embora a nível da produção nacional tenha um efeito positivo. Se o IDE realizado em países mais desenvolvidos, com o objetivo de melhorar a I&D, tem um impacto positivo a nível da competitividade, devido a técnicas de produção mais avançadas, o emprego não será afetado (Liu e Nunnenkamp, 2011). Foi ainda verificado um efeito negativo no emprego do país de origem quando o IDE é de tipo vertical. No entanto, quando se trata de tipo horizontal, os autores verificaram um efeito positivo no emprego do país de origem. Por sua vez, Imbriani *et al.*, (2014) chegaram à conclusão, tal como Temouri e Driffield (2009), que na indústria transformadora (mão-de-obra não qualificada) existe um efeito de substituição do emprego entre a empresa-mãe e as suas filiais presentes em países com salários mais elevados. Relativamente ao setor dos serviços (mão-de-obra qualificada), os autores identificaram uma forte complementaridade para com as subsidiárias situadas na Europa de Leste.

Por sua vez, Zapkau *et al.*, (2014) realizaram um estudo, recorrendo a pequenas e médias empresas alemãs, onde os resultados obtidos foram positivos no que diz respeito ao IDE horizontal e negativos relativamente ao IDE vertical. Segundo os autores, quando as empresas alemãs realizam IDE horizontal com o objetivo de desenvolverem um mercado e onde os fatores de produção são semelhantes aos do país de origem, o efeito observado é de complementaridade, ou seja, positivo. Relativamente ao IDE vertical, os autores constaram um efeito negativo quando as empresas alemãs procuram obter

reduções nos seus custos e quando instalam novas subsidiárias produtivas (deslocalização das atividades produtivas) no exterior.

Por último, Temouri e Driffield (2009) procuraram identificar quais os efeitos causados pelo IDE, consoante o seu tipo (vertical e/ou horizontal) e a respetiva localização (países com rendimentos altos e países com rendimentos baixos). Contudo, para o país em análise (Alemanha), os resultados obtidos foram estatisticamente não significativos. No entanto foi encontrada uma exceção, embora muito pequena, na indústria transformadora. Os autores encontraram um efeito negativo na procura de trabalho nacional quando o investimento é do tipo horizontal e realizado em países de rendimentos elevados. Relativamente aos resultados da indústria dos serviços, os efeitos observados parecem não ter qualquer tipo de impacto na procura de trabalho na Alemanha, exceto quando o investimento é do tipo vertical pois tem um impacto positivo e estatisticamente significativo. Nesse sentido, os autores referem que não encontraram efeitos consideráveis e significativos pois as empresas realizam ambos os tipos de investimento simultaneamente e em vários locais obtendo, desta forma, efeitos opostos.

1.4.2. Estudos a nível da indústria

A Tabela 3 permite ter uma visão generalizada de alguns estudos desenvolvidos sobre o impacto do IDE na procura de trabalho no país de origem, mas a nível mais agregado. Como podemos constatar, os resultados obtidos diferem entre eles consoante o país e o período de análise.

Tabela 3: Efeitos do IDE na procura de trabalho no país de origem - estudos a nível da indústria

Autores	País	Período de análise	Amostra	Método	Variável dependente	Proxies do IDE	Impacto do IDE no emprego
Federico e Minerva (2008)	Itália	1996-2001	12 indústrias transformadoras e 103 províncias	Log-linear	Crescimento do emprego a nível local	Fluxos de IDE	(+)
Bajo-Rubio e Díaz-Mora (2015)	Espanha	1995-2011	32 indústrias	GMM	Nível de emprego	<i>Outflows</i> de IDE	(+)
Molnar <i>et al.</i> (2008)	EUA, Alemanha e Japão	1980-2003	Indústria transformadora e de serviços	OLS + IV	Emprego na indústria nacional	Emprego nas subsidiárias	(-) na Alemanha e Japão; (+) nos EUA
						Stocks de IDE/Output	(-) grupo 1 (+) grupo 2 (-) grupo 3
Driffield <i>et al.</i> (2009)	Reino Unido	1987-1996	11 indústrias transformadores	Dados em painel	Emprego na empresa-mãe	Fluxos <i>outward</i>	(-)

Legenda: +/-0 - Efeito positivo/ negativo/ estatisticamente não significativo ou neutro; OLS - *Ordinary Least Squares* e GMM - *Generalized Method of Moments*; IV - *Instrumental variables*. Grupo 1 que representa as indústrias transformadoras com fortes ligações para com os países não-membros da OECD; o grupo 2 que representa as outras indústrias transformadoras; o grupo 3 que representa a indústria de serviços

Fonte: Elaboração própria

Federico e Minerva (2008), num estudo sobre o impacto do IDE italiano no emprego nacional, chegaram à conclusão de que o IDE tem um efeito positivo e estatisticamente significativo. Comparando à média da indústria nacional, Frederico e Minerva (2008) concluíram que nas indústrias onde há mais investimentos (realizados pelas empresas), tende a haver mais emprego. Os autores referem que quando o IDE é realizado em países ditos avançados, o impacto é positivo e, em certas indústrias, significativo, como por exemplo a indústria química, máquinas industriais, alimentos e bebidas entre outras. Noutras indústrias, tais como a indústria têxtil, foram verificados efeitos positivos, embora não significativos. Relativamente ao IDE realizado nos países em desenvolvimento, foi também observado um impacto positivo no emprego nacional embora não significativo.

Bajo-Rubio e Díaz-Mora (2015), num estudo que aborda 32 indústrias espanholas, chegaram à conclusão de que o IDE realizado tem um efeito positivo, embora pequeno, na procura de trabalho no país de origem, pois o IDE melhora a competitividade das empresas presentes na indústria. De acordo com os autores, os efeitos positivos mais fortes surgem quando o IDE é realizado na UE (UE-15) ou na América Latina, sendo que

um efeito negativo é observado quando o IDE é realizado em economias desenvolvidas não pertencentes à UE. Em termos setoriais, constatou-se um efeito positivo na procura de trabalho no país de origem quando o IDE é realizado, quer na indústria transformadora, quer na indústria de serviços, sendo que esta obteve resultados mais significativos.

Por sua vez, Molnar *et al.* (2008) procuraram analisar os efeitos do IDE no emprego dos EUA, Alemanha e Japão, nomeadamente em três tipos de indústrias. Os autores concluíram que existe uma evidência clara e estatisticamente significativa das diferenças dos fatores que afetam a procura de trabalho entre os diferentes grupos estudados. Os autores verificaram que a nível da indústria transformadora, onde existem ligações importantes entre os países da OECD e não-OECD, há evidências significativas de que o IDE torna a curva da procura de trabalho no país de origem mais elástica, ou seja, mais sensível a alterações nos salários reais. Relativamente à indústria de serviços, em certos setores, o oposto foi verificado. A nível dos países, os autores constataram que o aumento do emprego nas filiais estrangeiras tem um impacto positivo no emprego nacional para os EUA, contrariamente ao que acontece na Alemanha e no Japão.

Finalmente, Driffield *et al.* (2009) realizaram um estudo sobre os efeitos do IDE realizado e o IDE recebido por parte do Reino Unido. Relativamente aos efeitos provocados pelo IDE realizado na procura de trabalho no Reino Unido, os autores verificaram que não existe, a nível agregado, efeitos na procura de trabalhadores qualificados ou menos qualificados. No entanto, segundo os mesmos autores, uma análise agregada dissimula os efeitos que o IDE tem em cada grupo de trabalhadores. Assim, o impacto na procura de trabalho dos trabalhadores qualificados e não-qualificados varia consoante as diferenças tecnológicas entre o Reino Unido e o país recetor de IDE. Relativamente aos efeitos sobre os trabalhadores qualificados foi verificado um impacto negativo quando o país recetor apresenta níveis de desenvolvimento superiores, na indústria tecnológica, aos verificados no Reino Unido. Relativamente aos trabalhadores não-qualificados, verifica-se um impacto negativo quando o IDE é realizado em países cujos custos de produção são inferiores aos do Reino Unido.

1.4.3. Conclusão

Como evidenciado nas secções anteriores o impacto do IDE na procura de trabalho no país de origem tem sido, recentemente, objeto de um grande interesse por parte de vários autores. De facto, com o aumento dos fluxos de IDE globais e com a recessão económica, os níveis de emprego têm sido cada vez mais estudados. Desta forma, vários autores analisaram países e empresas de modo a responderem a esta problemática. No entanto, verifica-se uma clara tendência para a realização de estudos a nível microeconómico, em detrimento de estudos a nível mais agregado. Como analisado nas secções anteriores, existe uma quantidade relativamente significativa de estudos com ênfase ao nível da empresa, tais como Braconier e Ekholm (2000) ou ainda Mariotti *et al.* (2003). No entanto, apenas foram observados quatro estudos que abordaram esta questão de um ponto de vista mais agregado, recorrendo a dados ao nível da indústria - estudos de Federico e Minerva (2008), Molnar *et al.* (2008), Driffield *et al.* (2009) e Bajo-Rubio e Díaz-Mora (2015).

Nos estudos de nível de indústria, os autores preocuparam-se em analisar a situação de apenas as indústrias de um único país, como por exemplo Federico e Minerva (2008), Driffield *et al.* (2009) e Bajo-Rubio e Díaz-Mora (2015), ou então analisar as indústrias de um conjunto reduzido de países, como é o caso de Molnar *et al.* (2008), que concentraram a sua análise em apenas 3 países. Contudo, a completa compreensão dos efeitos do IDE ao nível do emprego na economia de origem requer que se analise o que se passa a nível mais agregado (indústria/país). Assim, o presente estudo tem como objetivo analisar um conjunto mais alargado de países, nomeadamente 21 países-membros da União Europeia.

Capítulo 2 - Metodologia

O presente trabalho tem como objetivo analisar a relação entre o IDE e a procura de trabalho no país de origem, incidindo o seu estudo num conjunto alargado de países, nomeadamente 21 países-membros da União Europeia, para o período compreendido entre 2004 e 2013. Como referido anteriormente, grande parte dos estudos existentes analisam esta relação recorrendo a dados a nível microeconómico, negligenciando o impacto a nível mais agregado. Devido à menor exploração desta questão a nível mais agregado, o presente trabalho pretende contribuir com uma análise a nível dos países da União Europeia. Neste capítulo será apresentado em primeiro lugar, na Secção 2.1, o modelo e as diferentes variáveis utilizadas. Na Secção 2.2, será realizada uma breve análise descritiva das variáveis do modelo.

2.1. Especificação do modelo e definição das variáveis

De modo a analisar o impacto do IDE na procura de trabalho nos países da UE, irá recorrer-se a uma análise multivariável com dados em painel. À semelhança de Cadarso, Gómez, López e Tobarra (2008), que analisam o impacto do *outsourcing* no emprego em Espanha, a equação da procura de trabalho é dada por ¹⁰:

$$\log L_{it} = \alpha + \beta_1 \log OUTIDE_{it} + \beta_2 \log W_{it} + \beta_3 \log Y_{it} + \varepsilon_{it} \quad (2.1.)$$

onde a variável dependente (L_{it}) corresponde à procura de trabalho. À semelhança de Liu e Nunnenkamp (2011), esta variável é medida pelo emprego. Em concreto, recorre-se à média anual do emprego na população ativa. Por sua vez, a variável independente alvo do estudo é o $OUTIDE_{it}$, representando o IDE realizado pelo país i no ano t . Assim, tal como Molnar *et al.* (2008), esta variável será medida pelos Stocks de IDE realizado¹¹ dividido pela produção nacional. No entanto, é necessário ter em conta outras variáveis usualmente consideradas como influenciando a procura de trabalho, ou seja, as variáveis de controlo. Desta forma, de acordo com a literatura existente (e.g. Molnar *et al.*, 2008;

¹⁰ Os índices i e t representam o país e o momento (ano), respetivamente.

¹¹ Os Stocks de IDE medem-se pelo valor do capital e reservas (incluindo os lucros retidos) da empresa-mãe, mais as dívidas líquidas das filiais para com a empresa-mãe (UNCTAD, 2006), diferindo dos fluxos de IDE pelo facto destes representarem o valor dos investimentos realizados durante um ano (investimento bruto – desinvestimentos) tornando-se assim mais voláteis.

Cadarso *et al.*, 2008), a procura de trabalho depende de outras variáveis, designadamente os salários reais (W), medidos pelos salários médios anuais reais, à semelhança de Molnar *et al.* (2008), e a produção nacional (Y), medida pelo produto interno bruto (PIB), tal como Molnar *et al.* (2008) e Bajo-Rubio e Díaz-Mora (2015). Finalmente, ε representa o usual termo de perturbação (“*error term*”). As variáveis, respetivas proxies e fontes de dados estão evidenciadas na Tabela 4.

Tabela 4: Variáveis do modelo

Variáveis	Proxy	Fonte	Impacto esperado no emprego
Emprego (L)	Emprego na população ativa (milhares) – média anual	Eurostat	
IDE (OUTIDE)	Stock de IDE realizado / PIB	UNCTAD	(+)/(-)
Salários reais (W)	Salários médios anuais (em \$)	OCDE	(-)
Produção nacional (Y)	PIB (milhões de \$)	Banco Mundial	(+)

Fonte: Elaboração própria

A recolha de informação foi realizada com recurso a diversas fontes. Assim, os dados referentes ao IDE realizado foram obtidos na base de dados disponibilizada pela UNCTAD. Por sua vez, os salários reais dos países em análise foram obtidos na base de dados da OCDE. Relativamente à produção dos países, os dados foram obtidos na base de dados do Banco Mundial. Por último, os dados referentes ao emprego, mais concretamente o emprego na população ativa dos países de amostra, cuja idade está compreendida entre os 15 e os 64 anos, foram obtidos na base de dados do Eurostat. De referir ainda que a recolha dos dados foi realizada durante o mês de Março de 2015.

Note-se que, como referem Cadarso *et al.* (2008), a estimação da função procura de trabalho (2.1) permite investigar a relação de equilíbrio estático entre as variáveis do modelo, negligenciando, assim, eventuais relações dinâmicas entre essas mesmas variáveis. Desta forma, como sugerem diversos autores, tais como Cadarso *et al.* (2008), Federico e Minerva (2008), Molnar *et al.* (2008), Michel e Rycx (2012) ou ainda Bajo-

Rubio e Díaz-Mora (2015) é conveniente transformar a equação (2.1) numa equação dinâmica, tal como se apresenta em seguida:

$$\log L_{it} = \alpha + \beta_1 \log L_{it-1} + \beta_2 \log OUTIDE_{it} + \beta_3 \log W_{it} + \beta_4 \log Y_{it} + \varepsilon_{it} \quad (2.2)$$

ou seja, a procura de trabalho no período t passa a depender também da procura de trabalho no período $t-1$, ao introduzir-se a variável dependente desfasada um período como variável explicativa. Como referido por Driffield *et al.* (2009), espera-se que o coeficiente desta variável desfasada seja positivo.

Na equação proposta, todas as variáveis, dependente e independentes, estão em logaritmos, pois, segundo Cuyvers e Soeng (2011), a logaritmação das variáveis tem três vantagens: torna mais fácil a interpretação dos resultados, reduz os eventuais problemas relacionados com os *outliers* e pode linearizar uma relação multiplicativa entre as variáveis. Por estas razões, todas as variáveis foram logaritimizadas¹².

2.2. Breve análise descritiva

Com o objetivo de analisar o impacto do IDE na procura de trabalho no país de origem recorre-se a uma amostra constituída por 21 países da União Europeia. Refira-se que a razão para que a amostra seja constituída por apenas 21 países deve-se ao facto de não existir informação para a variável Salários para sete países. Nesse sentido, excluímos da nossa amostra os seguintes países: Bulgária, Chipre, Croácia, Letónia, Lituânia, Malta e Roménia. Assim, podemos frisar que estamos perante um painel balanceado: 21 países para o período de 2004 até 2013.

De modo a melhor compreender as variáveis em estudo, foi realizada uma análise descritiva às variáveis do modelo (cf. Tabela 5). A Tabela 5 apresenta grandes diferenças entre o valores mínimos e máximos das variáveis em estudo, o que poderá ser explicado pelo número de países que constituem a amostra, assim como pelo período em análise. É possível também observar desvios padrões elevados para as variáveis do emprego, produção e IDE, o que significa que existe uma grande dispersão dos dados, podendo

¹² De referir que a logaritmação da variável independente chave foi feita da seguinte forma: $\log(IDE/PIB+1)$. Acrescentámos uma constante com o valor 1 para manter as relações das variáveis pois o valor da variável IDE/PIB era inferior a 1.

estes ser justificados pelo facto da amostra ser constituída por países mais evoluídos economicamente e protagonistas em matéria de IDE (e.g. Alemanha, França) e outros menos (e.g Estónia). Além disso, a amostra é composta por países com uma dimensão e uma população muito reduzida, tais como o Luxemburgo, e outros bem maiores como é o caso da Alemanha e França, o que constitui a principal justificação para a existência destes resultados.

Tabela 5: Estatísticas descritivas

Variável	Proxy	Nº de Obs.	Média	Desvio padrão	Mínimo	Máximo
Emprego	Emprego na população dos 15-64 anos (milhares)	210	9.367,98	10.506,73	188,00	38.640,00
Produção nacional	PIB (milhões USD)	210	780.618,58	986.489,45	12.058,00	3.752.110,00
IDE	Stocks de IDE (milhões USD)	210	399.000,40	515.435,32	746,92	1.884.819,46
IDE	IDE/PIB	210	0,56	0,63	0,01	3,39
Salários	Média anual dos salários (USD)	210	39.548,99	18.768,42	11.816,00	73.500,00

Fonte: Cálculos próprios no SPSS

Analisando os resultados obtidos para a variável do Emprego, podemos observar uma discrepância elevada entre o valor mínimo (188,00 milhares) observado no Luxemburgo em 2004, e os valores máximos (38.640,00 milhares) observados na Alemanha em 2013. A média é de 9.367,98 milhares. Isto pode ser explicado devido à dimensão dos países que constituem a amostra, como referido anteriormente. A Tabela A.1 em anexo 1 permite-nos observar que 15 dos países da nossa amostra têm, em média, menos trabalhadores do que a média total da amostra, nomeadamente com o Luxemburgo a registar o menor número de trabalhadores com 210,61 milhares. Desta forma, como a análise é constituída por países com populações ativas tendencialmente mais pequenas, a média tende a ser mais reduzida.

Relativamente à variável da Produção Nacional, constatamos, de igual forma, diferenças significativas entre os valores mínimos, verificados em 2004 na Estónia, e os

valores máximos registados na Alemanha em 2011, assim como uma média baixa em relação aos máximos observados. Isto poderá estar relacionado, mais uma vez, com as elevadas diferenças a nível de desenvolvimento do país, assim como com as suas capacidades internas, entre os países da União Europeia. Segundo Toussaint (2013), citando o exemplo alemão, grandes empresas europeias da indústria transformadora, preferem subcontratar parte da produção a empresas nos países de Leste, obtendo assim peças a custo bastante reduzido, para de seguida as trazer de volta ao país de origem (sem pagar taxas de importação ou exportação) para montar o produto final, aumentando assim o seu output, e, por último, as exportar para o resto da Europa e para o mercado internacional.

Por sua vez, a variável do IDE é medida pelos Stocks de IDE/PIB. Em primeiro lugar, pode-se observar os Stocks de IDE, cujos resultados, disponíveis na Tabela 5, podem ser explicados pelo facto das potências económicas serem protagonistas em matéria de investimentos onde constatamos, por exemplo, que o valor máximo observado corresponde ao Stocks de IDE no exterior do Reino Unido em 2013 enquanto que o valor mínimo foi registado na Eslováquia em 2005. De facto, de acordo com a UNCTAD, os 8 principais países em termos de Stocks de IDE mundial, em 2013, são: EUA, Reino Unido, Alemanha, França, Austrália, Hong Kong (China), Holanda e Bélgica (UNCTAD, 2014a). No entanto, convém salientar que as economias que recentemente entraram na UE têm vindo a assumir um papel mais preponderante no IDE, como é o caso da Estónia, entre outros, onde se verifica um aumento considerável do Stock de IDE realizado entre 2004 e 2013 (cf. Tabela A.2). Por outro lado, numa análise ao rácio Stock IDE/PIB constatamos um mínimo de 0,01 observado na Eslováquia em 2005 o que pressupõe que foi o país que realizou menos IDE em função do seu PIB do mesmo ano. Por sua vez, o valor máximo, de 3,39, foi observado em 2010 no Luxemburgo evidenciando que o Stock de IDE é 3 vezes maior do que o PIB.

Por último, a variável dos Salários apresenta uma enorme discrepância entre o valor mínimo (registado na Estónia em 2004) e máximo (alcançado pela Dinamarca em 2010) que podem ser explicados pelos altos salários oferecidos pelas economias mais desenvolvidas. Segundo a *International Labour Organization* (2014), os salários mínimos de cada país estão ligados ao nível de desenvolvimento do mesmo, logo, é compreensível que nas economias em transição os salários sejam inferiores.

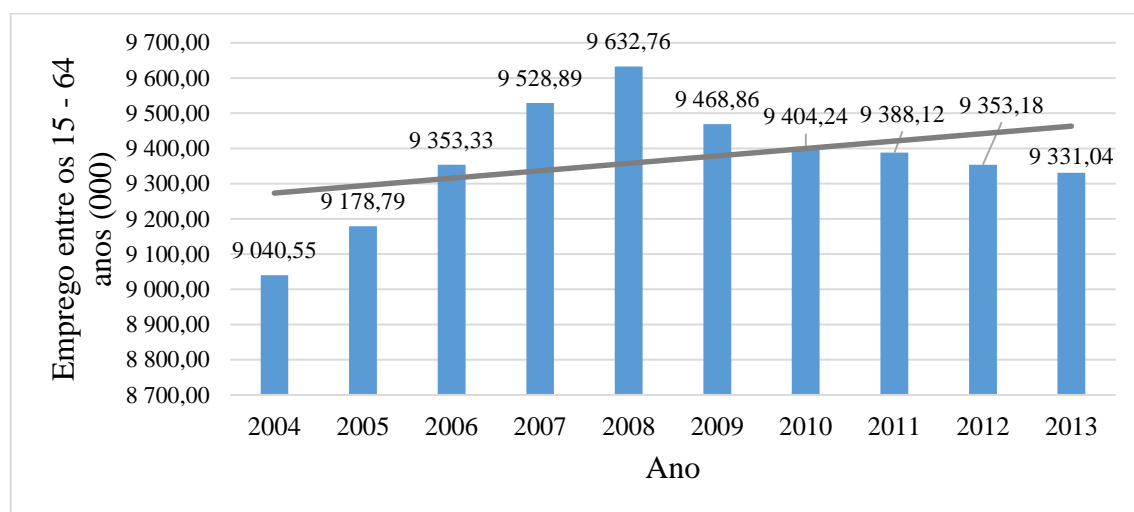
Analisando a evolução da média anual das variáveis em estudo constatamos que todas elas registam uma tendência crescente ao longo do período de análise, como podemos verificar na Tabela A.3 em anexo. Para a Produção Nacional, verificamos um crescimento entre 2004 e 2013 realçando, contudo, a existência de dois períodos distintos: o primeiro, de 2004 até 2008, em que se regista um aumento da Produção dos países da UE e o segundo, de 2009 até 2013, que reflete o período de crise registado em vários países da UE. Os Salários também aumentaram entre 2004 e 2013 embora de uma forma pouco significativa.

Procedendo agora a uma análise mais detalhada da variável dependente Emprego, pode-se referir que a mesma tem vindo a crescer: entre 2004 e 2013 a média anual passou de 9 040 550 de trabalhadores para 9 331 040 (cf. Gráfico 1). Contudo, convém realçar a existência clara de dois períodos bem distintos, tal como já foi referido no caso da Produção Nacional. O primeiro, de 2004 até 2008, regista um aumento claro do emprego na União Europeia; em segundo, temos o período entre 2009 e 2013 onde se constata uma diminuição no emprego da União Europeia, muito por via da forte recessão económica registada desde então. Mas no período total em análise, de 2004 a 2013, o resultado constatado é de um aumento, embora este seja pouco significativo.

A Tabela A.1, em anexo, permite-nos ainda verificar que de uma forma generalizada todos os países que recentemente entraram na UE (e.g. Eslováquia, Eslovénia e Estónia)¹³ viram o emprego nacional diminuir a partir de 2008. No entanto, outros países contribuíram para estes resultados, nomeadamente a Espanha, Grécia, Irlanda e Portugal, onde também se verificou uma diminuição do emprego a partir de 2008. Contudo, nem todos os países seguem a mesma linha que os países já citados, realçando os exemplos da Alemanha, Áustria e Bélgica onde o emprego nacional continuou a aumentar durante o mesmo período.

¹³ A Eslováquia, Eslovénia e Estónia são, juntamente com a Polónia, os últimos membros a aderir à UE entre os países da amostra. Todos eles aderiram em 2004 (União Europeia, 2015).

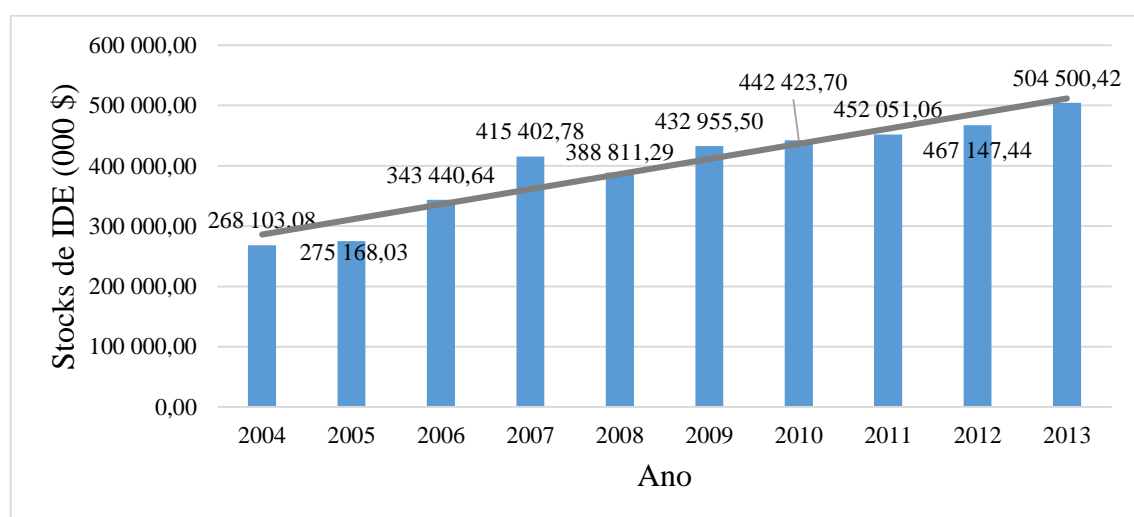
Gráfico 1: Evolução anual do emprego na UE (médias anuais)



Fonte: Elaboração própria

Relativamente aos Stocks de IDE realizado, constata-se um aumento significativo nos últimos anos (cf. Gráfico 2). Contudo, convém realçar que além de se verificar um aumento dos Stocks de IDE para o período em análise, houve, em 2008, uma ligeira quebra em relação ao ano anterior.

Gráfico 2: Evolução anual de Stocks de IDE (médias anuais)

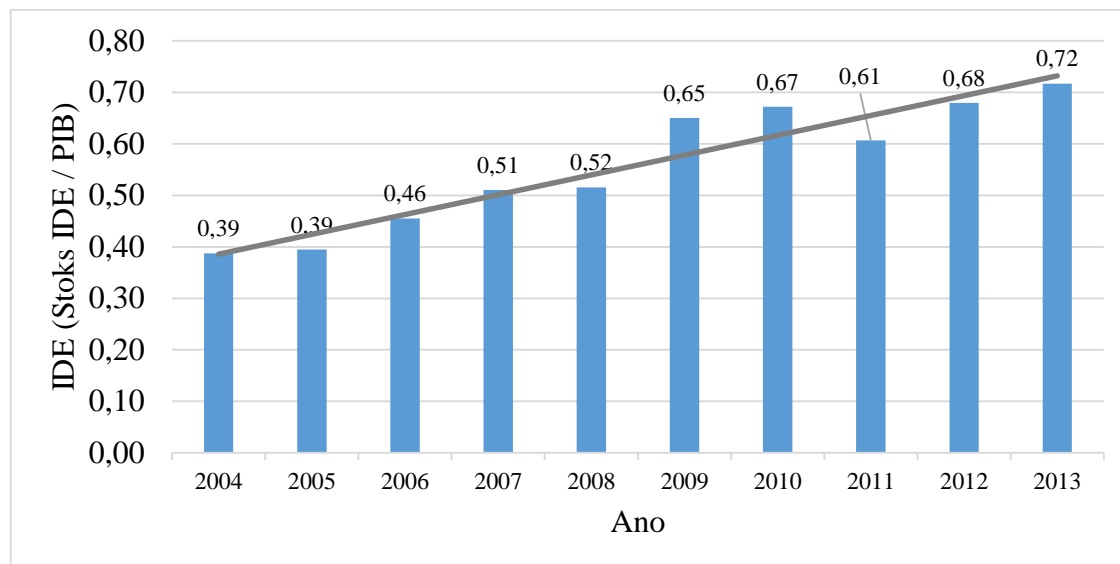


Fonte: Elaboração própria

Desta forma, devido ao aumento significativo dos Stocks de IDE realizado, convém mencionar que, tal como podemos verificar no Gráfico 3, a percentagem do IDE

em relação à Produção Nacional também aumentou entre 2004 e 2013, verificando-se uma pequena diminuição em 2011 em relação ao ano anterior.

Gráfico 3: Evolução anual de Stocks de IDE / PIB (médias anuais)



Fonte: Elaboração própria

Ao contrário do constatado no emprego, os Stocks de IDE conheceram um aumento constante durante o período de análise devido ao IDE realizado, onde se verificou um aumento de todos os países, como podemos verificar na Tabela A.2 em anexo. De realçar o aumento do investimento realizado pela Alemanha, França, Reino Unido, Itália e Luxemburgo que triplicou os seus Stocks de IDE em 10 anos. A evolução dos Stocks de IDE contribui desta forma para o aumento do rácio Stocks de IDE/PIB pois foi maior do que a evolução do PIB.

Capítulo 3 – Resultados empíricos

O presente capítulo tem como objetivo apresentar e discutir as correlações entre as variáveis assim como os resultados da estimação do modelo econométrico utilizado para determinar o impacto do IDE realizado pelos países da União Europeia na procura de trabalho nacional. Desta forma, na Secção 3.1 será feita uma análise das correlações entre as variáveis e na Secção 3.2 será realizada a estimação econométrica.

3.1. Análise das correlações entre as variáveis

De modo a completar a análise descritiva, efetuada no capítulo anterior, foi também realizada uma análise das correlações entre as variáveis do modelo. Assim, a Tabela 6 permite-nos observar a correlação existente entre as variáveis incluídas na presente análise. Pelas razões já evidenciadas no capítulo anterior, todas as variáveis foram logaritimizadas.

Tabela 6: Correlação entre as variáveis do modelo

	Emprego	Produção Nacional	IDE	Salários
Emprego	1.000			
p-value	-			
Produção nacional	0.917*	1.000		
p-value	0.000	-		
IDE	-0.267*	0.064	1.000	
p-value	0.000	0.359	-	
Salários	0.029	0.405*	0.733*	1.000
p-value	0.673	0.000	0.000	-

Legenda: *. A correlação é significativa no nível 0,01.

Fonte: Elaboração própria através do SPSS

Tal como se pode verificar na Tabela 6, existe uma correlação positiva entre quase todas as variáveis, à exceção da correlação entre o IDE e o Emprego, embora nem sempre seja estatisticamente significativa. Recorrendo à escala de Cohen (1988), citado em Pallant (2005), verificamos correlações estatisticamente significativas entre todas as variáveis, exceto entre Emprego e Salários, assim como IDE e Produção Nacional. De referir ainda que entre variáveis independentes, apenas a correlação entre a variável IDE e Salários é relativamente elevada.

3.2. Estimação econométrica

Seguindo o modelo do estudo realizado por Molnar *et al.* (2008), o presente trabalho pretende, da mesma forma, analisar o impacto do IDE realizado na procura de trabalho no país de origem, mas abrangendo um maior número de países, nomeadamente 21 países da União Europeia. Nesse sentido, tal como vários trabalhos analisados nas secções 1.4.1 e 1.4.2, nomeadamente os de Molnar *et al.* (2008), Yamashita e Fukao (2010), Cuyvers e Soeng (2011), Imbriani *et al.* (2014), entre outros, recorreremos a dados em painel: 21 países para o período compreendido entre 2004 e 2013. De relembrar que, como já referido anteriormente, foram excluídos 7 países da União Europeia devido à falta de dados para a variável Salários.

De modo a obter uma análise mais interessante e completa, iremos proceder a dois tipos de estimações. Em primeiro lugar será realizada, na Secção 3.2.1, uma análise estática e, em segundo lugar, iremos proceder a uma análise dinâmica, na Secção 3.2.2, de modo a ter em conta efeitos dinâmicos existentes entre as variáveis. Em ambas as estimações, recorreremos a dois métodos: *pooled OLS* e efeitos fixos.

3.2.1. Estimação da procura de trabalho estática

De referir que a presença de dados em painel permite-nos realizar três tipos de estimações: *pooled OLS*, efeitos fixos e efeitos aleatórios. Contudo, o teste Hausman permite-nos identificar qual a estimação mais adequada entre os efeitos fixos e efeitos aleatórios (Johnston e DiNaro, 2001). Trata-se de um teste baseado na diferença entre as estimativas obtidas com os efeitos aleatórios e com os efeitos fixos (Wooldridge, 2001).

Se os resultados obtidos forem diferentes de 0 existe evidência contra o modelo de efeitos aleatórios, ou seja, rejeita-se a hipótese nula (H_0 : o método de efeitos aleatório é correto) em favor do modelo alternativo, os efeitos fixos (Wooldridge, 2001).

Desta forma, no nosso caso, os resultados do teste Hausman (cf. Tabela 7) indicam que o modelo de efeitos fixos é preferível, pelo que iremos utilizar o *pooled* OLS e o modelo de efeitos fixos. A vantagem de utilização do método de efeitos fixos reside na possibilidade de utilização de um número maior de dados (Baltagi, 1998), tendo em conta a heterogeneidade dos indivíduos (países) durante todo o período em análise (Wooldridge, 2001).

Tabela 7: Teste Hausman: análise estática

Test Summary	Chi-Sq. Statistic	Chi-Sq. d.f.	Prob.
Cross-section random	188.314998	3	0.0000

Fonte: Resultado obtido no Eviews

Para ambos os métodos de estimação apresentados foi estimado um único modelo, recorrendo-se às variáveis acima apresentadas. Em primeiro lugar optamos por realizar o método *pooled* OLS, que ignora a estrutura do painel de dados (Johnston e DiNaro, 2001). Em segundo lugar, estimámos com o método de efeitos fixos para que fosse possível ter um maior controlo da heterogeneidade entre os países. Em ambos os métodos recorreremos aos “*time effects*”, ou seja, incluíram-se *dummies* anuais. A utilização de *dummies* anuais permite “*to account for aggregate changes over time*” (Wooldridge, 2001, p.129).

A Tabela 8 apresenta os resultados da estimação para toda amostra. Note-se que os dois métodos produzem resultados consistentes, nomeadamente em termos do sinal das variáveis. Começando por analisar os resultados apresentados pelas variáveis de controlo, podemos referir que em relação à Produção Nacional, esta apresenta coeficientes positivos e estatisticamente significativos em ambos os métodos, *pooled* e efeitos fixos, o que está de acordo com o esperado e já confirmado na literatura. Quanto aos Salários, estes apresentam um impacto negativo, tal como o esperado, e estatisticamente significativo. Convém referir que, com -0.198, os Salários encontram-se

no intervalo [0.15; 0.75] definido como sendo o intervalo de confiança segundo Hamermesh (1993), citado por Michel e Rycx (2012). Por sua vez, a variável independente chave, o IDE, apresenta coeficientes estatisticamente significativos quer no método *pooled* OLS, quer no método de efeitos fixos. Contudo, é interessante realçar a mudança de sinal quando se realiza a estimação de efeitos fixos. No método *pooled* OLS a variável apresentava coeficiente negativo enquanto que no método dos efeitos fixos o coeficiente é positivo.

Numa análise mais cuidada ao método dos efeitos fixos, uma vez que tem em conta a heterogeneidade entre países (Cuyvers e Soeng, 2011), podemos observar a existência de uma relação de complementaridade entre a variável chave, IDE e emprego, resultado também obtido por Federico e Minerva (2008) para Itália, Molnar *et al.* (2008) para os EUA e Bajo-Rubio e Díaz-Mora (2015) para Espanha. De referir ainda que a dimensão do coeficiente, 0.074, é mais reduzida em relação às restantes variáveis. Tal significa que, no caso dos 21 países da UE, o IDE realizado pode estar a contribuir para aumentar a competitividade dos países que resulta num aumento das exportações de bens e serviços nacionais e da produção nacional e, consequentemente, um aumento do emprego. No entanto, convém de igual forma referir que este efeito pode estar sobreavaliado uma vez que grande parte do IDE da UE é realizado dentro deste espaço económico. Por exemplo, na Alemanha, desde 2004, mais de metade do Stock de IDE realizado tem como destino países da UE (UNCTAD, 2014b). Na mesma linha que a Alemanha, encontra-se a França, Holanda ou ainda a Bélgica (UNCTAD, 2014b). De referir que, por exemplo, na França em 2012 num total de 1 568 811 milhões de dólares de Stocks de IDE, 955 734 milhões foram em países da UE (UNCTAD, 2014b).

Note-se ainda que a variável dependente consegue ser explicada a 98,80% e 100% pelas variáveis independentes presentes no modelo, nos métodos *pooled* OLS e efeitos fixos, respetivamente, como evidencia o R^2 ajustado.

Tabela 8: Estimacões da amostra do modelo estático

<i>VARIÁVEIS INDEPENDENTES</i>	<i>Pooled OLS</i>	Efeitos Fixos
IDE (Std. Error)	-0.297* (0.051)	0.074** (0.029)
Produção nacional (Std. Error)	1.002* (0.009)	0.408* (0.040)
Salários (Std. Error)	-0.782* (0.030)	-0.198* (0.076)
<i>Time effects</i>	Sim	Sim
R ² ajustado	0.988	1.000 ¹⁴
Nº de observações	210	210

Legenda: *, ** Nível de significância inferior a 1% e 5% respetivamente. Todas as variáveis foram logaritimizadas.

Fonte: Resultados obtidos através do Eviews

3.2.2. Estimacão de procura de trabalho dinâmica

Tal como verificado na análise estática, na análise dinâmica iremos estimar um único modelo, recorrendo, em primeiro lugar, ao método *pooled OLS* e, de seguida, proceder à estimacão através do método dos efeitos fixos, pois o teste de Hausman (cf. Tabela 9) indicou ser este o mais adequado, em detrimento do método dos efeitos aleatórios.

Tabela 9: Teste Hausman: análise dinâmica

Test Summary	Chi-Sq. Statistic	Chi-Sq. d.f.	Prob.
Cross-section random	28.801953	4	0.0000

Fonte: Resultados obtidos através do Eviews

¹⁴ A análise dos dados foi também realizada através do *software* STATA. De mencionar que os resultados obtidos são idênticos excetuando o valor do R² ajustado no método dos efeitos fixos onde o valor obtido foi de 0.462.

A Tabela 10 apresenta os resultados da análise dinâmica.

Tabela 10: Estimações do modelo dinâmico

<i>VARIÁVEIS INDEPENDENTES</i>	<i>Pooled OLS</i>	Efeitos Fixos
Emprego (-1) (Std. Error)	0.972* (0.010)	0.864* (0.052)
IDE (Std. Error)	0.014*** (0.008)	0.033*** (0.019)
Produção nacional (Std. Error)	0.029* (0.010)	0.197* (0.032)
Salários (Std. Error)	-0.029* (0.009)	-0.225* (0.050)
<i>Time effects</i>	Sim	Sim
R ² ajustado	1.000	1.000 ¹⁵
Nº de observações	189	189

Legenda: *, **, *** Nível de significância inferior a 1%, 5% e 10% respetivamente.

Fonte: Resultados obtidos através do Eviews

Uma primeira constatação que podemos fazer é o número de observações ser inferior ao precedente, passando de 210 na Tabela 8 para 189 na Tabela 10. Esta diminuição nas observações é devido ao desfasamento de um ano inserido na variável Emprego, reduzindo assim de um ano a amostra desta variável.

Numa leitura pormenorizada dos resultados obtidos, constatamos que o coeficiente da variável desfasada apresenta um sinal positivo, quer no método *pooled OLS*, quer nos efeitos fixos, tal como já havia sido previsto anteriormente por Driffield *et al.* (2009). Relativamente aos resultados das variáveis de controlo, verificamos que os resultados da variável Produção Nacional têm coeficientes positivos e estaticamente significativos em ambos os métodos, o que era esperado conforme a literatura. Por sua vez, como era esperado, a variável Salários apresenta coeficientes negativos e estaticamente significativos. Tal como observado na análise estática, no método de efeitos

¹⁵ Tal como constatado na análise estática, os resultados obtidos através do *software* STATA são idênticos excetuando o valor do R² ajustado no método dos efeitos fixos onde o valor obtido foi de 0.810.

fixos, a variável Salários regista um coeficiente dentro do intervalo considerado como sendo de confiança, [0.15; 0.75].

Por sua vez, a variável independente chave, IDE apresenta coeficientes positivos e estatisticamente significativos em ambos os métodos, quer no *pooled OLS*, quer no método de efeitos fixos.

Procedendo a uma análise mais detalhada do método dos efeitos fixos, podemos avançar que os resultados obtidos para a variável independente chave, IDE, seguem o já constatado na análise estática, ou seja, o IDE apresenta um coeficiente positivo e estatisticamente significativo, tal como em Federico e Minerva (2008) para Itália ou Bajo-Rubio e Díaz-Mora (2015) para Espanha. Contudo, convém realçar que a variável IDE passou de um nível de significância de 5%, na análise estática, para 10%, na análise dinâmica, e registou uma diminuição dos coeficientes, passando de 0.074 na análise estática para 0.033 na análise dinâmica, ou seja, tem agora um efeito menos relevante.

Embora os resultados obtidos sejam consistentes, convém referir que existem modelos mais robustos que permitem aprofundar mais a análise dinâmica. Segundo Michel e Rycx (2012), quando o número de unidades *cross-section* é superior ao período de análise (21 países e 10 anos respetivamente), uma estimação através do método *pooled OLS* vai, estruturalmente, sobrestimar o coeficiente autorregressivo, sendo que o método dos efeitos fixos ira subestimar esse coeficiente. Desta forma, os resultados obtidos com métodos mais sofisticados deverão estar situados entre estes valores, no nosso caso entre 0.972 e 0.864. Um desses métodos é o *Generalized Method of Moments* o qual, segundo Johnston e DiNaro (2001), fornece uma alternativa simples a outros estimadores, fornecendo também um enquadramento útil para a sua comparação e avaliação. O estimador das variáveis instrumentais (IV) é então uma excelente alternativa, pois no nosso modelo a variável dependente é explicada pelas variáveis explicativas, mas, as próprias variáveis explicativas estão correlacionadas entre elas (Wooldridge, 2001), como por exemplo, os salários e o IDE.

Conclusão

A literatura sobre os efeitos do IDE é relativamente vasta. No entanto, tem-se preocupado mais com os efeitos do IDE no país de acolhimento (IDE recebido) em detrimento dos efeitos do IDE no país de origem (IDE realizado). No entanto, o IDE tem, também, um impacto importante na economia de origem, pois as eventuais deslocalizações de atividades produtivas acarretam diversos efeitos, nomeadamente ao nível do emprego. Assim, o impacto do IDE na procura de trabalho no país de origem tem vindo a ganhar uma maior importância nos últimos anos. É possível constatar um aumento do número de estudos com o intuito de tentar perceber se os efeitos causados, no emprego da economia nacional, pelo IDE realizado são complementares ou de substituição. Contudo, apesar de existir um número relativamente elevado de estudos, as conclusões retiradas pelos autores não são consensuais. De facto, o impacto do IDE na procura de trabalho no país de origem tem efeitos ambíguos. Alguns autores defendem que, tanto o IDE horizontal como o IDE vertical, têm um impacto negativo na procura de trabalho (pois substitui as exportações e produção, leva a uma menor procura de mercadorias e serviços, entre outros) enquanto outros autores defendem precisamente o contrário, ou seja, por via da criação de novas atividades na sede haverá um efeito positivo no emprego. Assim é impossível determinar, *à priori*, o verdadeiro impacto que cada tipo de IDE tem na procura de trabalho.

O presente trabalho teve como principal objetivo analisar o impacto do IDE realizado na procura de trabalho no país de origem. A análise foi realizada utilizando um conjunto de dados em painel balanceado, incluindo 21 países da UE para um período de 10 anos, mais concretamente, entre 2004 e 2013. Desta forma, pretendemos contribuir para a literatura com um estudo que engloba um conjunto mais alargado de países. De modo a obter resultados consistentes, realizamos as estimações em dois métodos, *pooled OLS* e efeitos fixos.

De um modo geral, os resultados obtidos no presente estudo seguem os resultados apresentados na literatura para todas as variáveis. Focando-se na nossa variável chave, podemos referir que o IDE realizado aparenta ter um impacto positivo na procura de trabalho. Realizando a análise dinâmica, que nos permitiu ter em conta eventuais relações dinâmicas entre as variáveis e fazer uma análise mais fiável a curto prazo, verificamos

que as variáveis do estudo mantiveram o mesmo impacto que na análise estática. O IDE realizado manteve um impacto positivo e estatisticamente significativo na procura de trabalho no país de origem, embora desta vez o seu impacto seja menor.

Tal como acontece em todos os processos de investigação, este trabalho apresenta algumas limitações/dificuldades que devem ser consideradas. Uma delas reside no método utilizado, nomeadamente o *pooled OLS* e o método dos efeitos fixos, exigindo-se métodos mais robustos para a análise dinâmica. Embora este método tenha componentes interessantes para o nosso estudo: transversais e séries temporais, continua a ser um pouco limitado. Nesse sentido, a utilização do *Generalized Method of Moments* recorrendo a variáveis instrumentais é fortemente recomendada devido às características da variável explicada e variáveis explicativas.

Este estudo teve como principal objetivo estudar o impacto que o IDE tem na procura de trabalho no país de origem. Porém, existem várias possibilidades que poderiam tornar este estudo ainda mais interessante e completo. Para investigações futuras, no âmbito desta temática, seria interessante, em primeiro lugar, alargar a análise por indústrias, à semelhança de Molnar *et al.* (2008). Em segundo lugar, era importante considerar uma análise individual dos 28 países da UE ou de um grupo mais pequeno de países diferenciados, por exemplo, pela taxa de desemprego nacional (os dois com maior taxa de desemprego *versus* os dois com menor taxa de desemprego), o que nos permitia identificar mais concretamente os efeitos causados pelo IDE e quais os países que contribuíram mais significativamente para os resultados obtidos. Terceiro, seria de grande interesse, sobretudo na conjuntura atual, proceder a uma desagregação a nível dos trabalhadores, em trabalhadores qualificados e não qualificados, pois iria ser possível verificar qual o grupo de trabalhadores mais afetado/favorecido pelo IDE realizado. Por último, à semelhança de Mariotti *et al.* (2003) e Temouri e Driffield (2009), seria de igual forma interessante identificar qual o destino do IDE por forma verificar se o efeito do IDE no emprego difere consoante o destino desse investimento (países desenvolvidos e menos desenvolvidos), assim como controlar o IDE realizado dentro da UE.

Referências

- Antonietti, R., & Antonioli, D. (2011). The impact of production offshoring on the skill composition of manufacturing firms: evidence from Italy. *International Review of Applied Economics*, 25(1), 87-105.
- Bajo-Rubio, O., & Díaz-Mora, C. (2015). On the employment effects of outward FDI: the case of Spain, 1995–2011. *Applied Economics*, 47(21), 2127–2141.
- Baldwin, R. E. (1994). The Effects Of Trade And Foreign Direct Investment On Employment And Relative Wages. *OECD Economic Studies*, 23, 7-54.
- Baltagi, B. H. (1998). Panel Data Methods. Em A. Ullah, & D. E. Giles, *Handbook of Applied Economic Statistic* (pp. 291-323). Nova Iorque: Marcel Dekker, Inc.
- Banco Mundial. (2015). [www.worldbank.org](http://data.worldbank.org). Obtido em 23 de Maio de 2015, de World Bank: <http://data.worldbank.org/about/country-and-lending-groups>
- Blomström, M., & Kokko, A. (1998). Multinational Corporations and Spillovers. *Journal of Economic Surveys*, 12(2), 247-277.
- Blomström, M., & Kokko, A. (2000). Outward investment, employment, and wages in Swedish multinationals. *Oxford Review of Economic Policy*, 16(3), 76-89.
- Blomström, M., Fors, G., & Lypsey, R. E. (1997). Foreign Direct Investment And Employment: Home Country Experience In The United States And Sweden. *The Economic Journal*, 107(445), 1787-1797.
- Braconier, H., & Ekholm, K. (2000). Swedish Multinationals and Competition from High- and Low-Wage Locations. *Review of International Economics*, 8(3), 448-461.
- Braconier, H., Norbäck, P.-J., & Urban, D. (2005). Multinational enterprises and wage costs: Vertical FDI revisited. *Journal of International Economics*, 67(2), 446-470.
- Cadarso, M., Gómez, N., López, L., & Tobarra, M. (2008). The EU enlargement and the impact of outsourcing on industrial employment in Spain, 1993-2003. *Structural Change and Economic Dynamics*, 19(1), 95-108.

- Carr, D. L., Markusen, J. R., & Maskus, K. E. (2001). Estimating The Knowledge-Capital Model of the Multinational Enterprise. *The American Economic Review*, 91(3), 693-708.
- Carr, D. L., Markusen, J. R., & Maskus, K. E. (2003). Estimating the Knowledge-Capital Model of the Multinational Enterprise: Reply. *American Economic Review*, 93(1), 995-1001.
- Criscuolo, P. (2009). Inter-firm reverse technology transfert: the home country effect of R&D internationalization. *Industrial and Corporate Change*, 18(5), 869-899.
- Cuyvers, L., & Soeng, R. (2011). The effects of Belgian outward direct investment in European high-wage and low-wage countries on employment in Belgium. *International Journal of Manpower*, 32(3), 300-312.
- Cuyvers, L., Dumont, M., Rayp, G., & Stevens, K. (2005). Home Employment Effects of EU Firms' Activities in Central and Eastern European Countries. *Open Economies Review*, 16(2), 153-174.
- Driffield, N., Love, J. H., & Taylor, K. (2009). Productivity and Labour Demand Effects of Inward and Outward Foreign Direct Investment on UK Industry. *The Manchester School*, 77(2), 171-203.
- Dunning, J. H. (1980). Toward an eclectic theory of international production: some empirical tests. *Journal of International Business Studies*, 11(1), 9-31.
- Dunning, J. H. (2000). The eclectic paradigm as an envelope for economic and business theories of MNE activity. *International Business Review*, 9, 163-190.
- Dunning, J. H., & Lundan, S. M. (2008). *Multinational Enterprises and The Global Economy*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited.
- Ekholm, K., Forslid, R., & Markusen, J. R. (2007). Export Platform Foreign Direct Investment. *Journal of the European Economic Association*, 5(4), 776-795.
- Elia, S., Mariotti, I., & Piscitello, L. (2009). The impact of outward FDI on the home country's labour demand and skill composition. *International Business Review*, 18(4), 357-372.

- Falk, M., & Wolfmayr, Y. (2010). The substitutability between parent company and foreign affiliate employment in Europe. *Empirica*, 37(1), 87-100.
- Federico, S., & Minerva, G. A. (2008). Outward FDI and Local Employment Growth in Italy. *Review of World Economics*, 144(2), 295-324.
- Greenaway, D., & Kneller, R. (2007). Firm Heterogeneity, Exporting and Foreign Direct Investment. *The Economic Journal*, 117(517), 134-161.
- Hayakawa, K., Lee, H.-H., & Park, D. (2013a). The Role of Home and Host Country Characteristics in FDI: Firm-Level Evidence from Japan, Korea and Taiwan. *Global Economic Review*, 42(2), 99-112.
- Hayakawa, K., Matsuura, T., Motohashi, K., & Obashi, A. (2013b). Two-dimensional analysis of the impact of outward FDI on performance at home: Evidence from Japanese manufacturing firms. *Japan and the World Economy*, 27, 25-33.
- Herzer, D. (2011). The Long-run Relationship between Outward Foreign Direct Investment and Total Factor Productivity: Evidence for Developing Countries. *The Journal of Development Studies*, 47(5), 767-785.
- Ietto-Gillies, G. (2005). *Transnational Corporation and International Production: Concepts, Theories and Effects*. Massachusetts: Edward Elgar Publishing Limited.
- Imbriani, C., Pittiglio, R., & Reganati, F. (2011). Outward Foreign Direct Investment and Domestic Performance: the Italian Manufacturing and Services Sectors. *Atlantic Economic Journal*, 39(4), 369-381.
- Imbriani, C., Pittiglio, R., & Reganati, F. (2014). Affiliates and parent employment through foreign direct investment: a study case of substitutability or complementarity. *International Economics and Economic Policy*, 11(4), 619-638.
- International Labour Organization. (2014). *World of Work Report: Developing with jobs*. Geneva: ILO Publications.
- Ito, T. (2013). Export-Platform Foreign Direct Investment: Theory and Evidence. *The World Economy*, 36(5), 563-581.

- Johnston, J., & DiNaro, J. (2001). *Métodos Econométricos* (4 ed.). Amadora: McGraw-Hill.
- Kneller, R., & Pisu, M. (2004). Export-oriented FDI in the UK. *Oxford Review of Economic Policy*, 20(3), 424-439.
- Konings, J., & Murphy, A. P. (2006). Do Multinational Enterprises Relocate Employment to Low-Wage Regions? Evidence from European Multinationals. *Review of World Economics*, 142(2), 267-286.
- Lankhuizen, M. (2014). The (Im)possibility of Distinguishing Horizontal and Vertical Motivations for FDI. *Review of Development Economics*, 18(1), 139-151.
- Liu, W.-H., & Nunnenkamp, P. (2011). Domestic Repercussions of Different Types of FDI: Firm-Level Evidence for Taiwanese Manufacturing. *World Development*, 39(5), 808-823.
- Marcin, K. (2008). How does FDI inflow affect productivity of domestic firms? The role of horizontal and vertical spillovers, absorptive capacity and competition. *The Journal of International Trade & Economic Development*, 17(1), 155-173.
- Mariotti, S., Mutinelli, M., & Piscitello, L. (2003). Home country employment and foreign direct investment: evidence from the Italian case. *Cambridge Journal of Economics*, 27(3), 419-431.
- Markusen, J. R. (1997). Trade versus Investment Liberalization. *NBER Working Paper Series*, 1-22.
- Markusen, J. R. (2002a). *Multinational Firms And The Theory Of International Trade*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press.
- Markusen, J. R., & Maskus, K. E. (2002b). Discriminating among alternative theories of the multinational enterprise. *Review of International Economics*, 10(4), 694-707.
- Masso, J., Varblane, U., & Vahter, P. (2008). The Effect of Outward Foreign Direct Investment on Home-Country Employment in a Low-Cost Transition Economy. *Eastern European Economics*, 46(6), 25-59.

- Michel, B., & Rycx, F. (2012). Does offshoring of materials and business services affect employment? Evidence from a small open economy. *Applied Economics*, 44, 229-251.
- Molnar, M., Pain, N., & Taglioni, D. (2008). Globalisation and employment in the OECD. *OECD Journal: Economic Studies*, 83-116.
- Nishiyama, H., & Gintani, Y. (Março de 2013). The Effects of Globalization on the Elasticity of Labor Demand and Employment. *International Economic Journal*, 27(1), 11-23.
- Nishiyama, H., & Yamaguchi, M. (2013). Technological Constraints, Firm Heterogeneity, and Location Choice of Multinational Enterprises. *Review of International Economics*, 21(5), 996-1005.
- OECD. (2014a). <http://stats.oecd.org>. Obtido em 15 de Dezembro de 2014, de OECD: http://stats.oecd.org/Index.aspx?DataSetCode=LFS_SEXAGE_I_R
- OECD. (2014b). *OECD Factbook 2014: Economic, Environmental and Social Statistics*. OECD Publishing.
- Pallant, J. (2005). *SPSS Survival Manual: A step by step guide to data analysis using SPSS fo Windows (Version 12)*. Crows Nest: Allen & Unwin.
- Rodríguez-Clare, A. (1996). Multinationals, Linkages, and Economic Development. *The American Economic Review*, 86(4), 852-873.
- Sethupathy, G. (2013). Offshoring, wages, and employment: Theory and evidence. *European Economic Review*, 62, 73-97.
- Simpson, H. (2012). Investment abroad and labour adjustment at home: evidence from UK multinational firms. *Canadian Journal of Economics*, 45(2), 698-731.
- Temouri, Y., & Driffield, N. L. (2009). Does German Foreign Direct Investment Lead to Job Losses at Home? *Applied Economics Quarterly*, 55(3), 1-21.
- Toussaint, E. (26 de Novembro de 2013). <http://www.globalresearch.ca>. Obtido em 4 de Maio de 2015, de Global Research: <http://www.globalresearch.ca/the-euro-crisis->

contradictions-between-countries-in-the-periphery-and-centre-of-the-european-union/5359408

- Tsou, M.-W., Liu, J.-T., Hammitt, J. K., & Chang, C.-F. (2013). The impact of foreign direct investment in China on employment adjustments in Taiwan: Evidence from matched employer-employee data. *Japan and the World Economy*, 25-26, 68-79.
- UNCTAD. (2004). *The Shift Towards Services*. Geneva: World Investment Report.
- UNCTAD. (2005). *Transnational Corporations and the Internationalization of R&D*. Geneva: World Investment Report.
- UNCTAD. (2006). *FDI from Developing and Transition Economies: Implications for Development*. Geneva: World Investment Report.
- UNCTAD. (2007). *Transnational corporations, extractive industries and development*. Geneva: World Investment Report.
- UNCTAD. (2014a). *Investing in the SDGs: An Action Plan*. Geneva: World Investment Report.
- UNCTAD. (2014b). *www.unctad.org*. Obtido em 20 de Julho de 2015, de UNCTAD: <http://unctad.org/en/Pages/DIAE/FDI%20Statistics/FDI-Statistics-Bilateral.aspx>
- União Europeia. (2015). *www.europa.eu*. Obtido em 27 de Julho de 2015, de Europa: http://europa.eu/about-eu/countries/member-countries/index_pt.htm
- Wooldridge, J. M. (2001). *Econometric Analysis of Cross Section and Panel Data*. Massachusetts, London: The MIT Press Cambridge.
- Yamashita, N., & Fukao, K. (2010). Expansion abroad and jobs at home: Evidence from Japanese multinational enterprises. *Japan and the World Economy*, 22(2), 88-97.
- Yeaple, S. R. (2003). The complex integration strategies of multinationals and cross country dependencies in the structure of foreign direct investment. *Journal of International Economics*, 60(2), 293-314.
- Zapkau, F. B., Schwens, C., & Kabst, R. (2014). Foreign Direct Investments and Domestic Employment of German SMEs: The Moderating Effect of Owner Management. *Journal of Small Business Management*, 52(3), 451-476.

Anexos

Anexo 1

Tabela A.1: Média de emprego por países (milhares)

Emprego	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Média
Alemanha	35 412,7	35 844,7	36 633,0	37 397,2	37 902,3	37 807,8	38 072,7	38 045,4	38 320,6	38 640,0	37 407,64
Áustria	3 716,3	3 786,3	3 881,3	3 963,2	4 019,8	4 002,4	4 021,1	4 069,6	4 109,3	4 098,8	3 966,81
Bélgica	4 113,6	4 199,2	4 232,9	4 348,1	4 413,7	4 389,4	4 450,6	4 470,5	4 479,0	4 484,5	4 358,15
Dinamarca	2 693,4	2 706,3	2 761,7	2 758,7	2 806,7	2 724,1	2 654,0	2 643,1	2 621,3	2 622,1	2 699,14
Eslováquia	2 160,1	2 207,1	2 295,2	2 350,5	2 423,4	2 356,6	2 307,2	2 303,2	2 317,2	2 317,7	2 303,82
Eslovénia	917,4	924,9	936,7	957,0	975,2	954,8	941,5	914,8	906,5	888,1	931,69
Espanha	18 032,0	19 068,0	19 792,3	20 436,9	20 316,5	18 957,5	18 573,7	18 270,9	17 476,8	17 001,6	18 792,62
Estónia	579,7	593,7	626,1	632,3	632,2	573,5	548,2	581,5	591,0	596,6	595,48
Finlândia	2 344,8	2 377,6	2 416,1	2 458,5	2 497,2	2 423,3	2 410,1	2 428,5	2 431,0	2 403,2	2 419,03
França	24 665,8	24 842,8	25 011,3	25 425,1	25 752,9	25 505,4	25 542,0	25 556,8	25 514,5	25 512,1	25 332,87
Grécia	4 310,1	4 360,7	4 440,3	4 476,2	4 522,9	4 469,2	4 306,4	3 979,0	3 636,0	3 459,0	4 195,98
Hungria	3 874,6	3 878,6	3 906,0	3 897,0	3 849,2	3 751,2	3 750,1	3 779,0	3 842,8	3 906,3	3 843,48
Irlanda	1 830,2	1 915,1	2 004,6	2 072,6	2 054,8	1 917,0	1 837,5	1 803,6	1 790,1	1 828,0	1 905,35
Itália	22 059,6	22 214,4	22 618,5	22 846,2	23 010,5	22 650,1	22 496,5	22 582,7	22 481,1	21 985,2	22 494,48
Luxemburgo	188,0	193,2	194,9	202,6	201,8	214,8	218,6	222,4	233,7	236,1	210,61
Países Baixos	8 013,9	8 013,3	8 152,0	8 345,1	8 467,6	8 443,4	8 226,9	8 231,7	8 254,1	8 184,4	8 233,24
Polónia	13 503,5	13 834,2	14 338,4	14 996,5	15 557,4	15 628,5	15 233,0	15 312,8	15 340,3	15 313,3	14 905,79
Portugal	4 742,5	4 723,0	4 750,6	4 756,1	4 785,7	4 644,9	4 576,5	4 453,2	4 255,9	4 158,0	4 584,64
Reino Unido	27 834,8	28 089,5	28 306,7	28 477,7	28 670,8	28 183,5	28 109,6	28 207,3	28 495,6	28 916,7	28 329,22
República Checa	4 638,5	4 710,0	4 769,4	4 855,9	4 933,5	4 857,2	4 809,6	4 796,4	4 810,3	4 845,9	4 802,67
Suécia	4 220,0	4 272,0	4 351,9	4 453,3	4 493,8	4 391,4	4 403,2	4 498,1	4 509,6	4 554,3	4 414,76
Média global	9 040,55	9 178,79	9 353,33	9 528,89	9 632,76	9 468,86	9 404,24	9 388,12	9353,17	9 331,04	

Fonte: Elaboração própria

Anexo 2

Tabela A.2: Média dos Stocks de IDE por países (milhões de \$)

Stocks de IDE	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Média
Alemanha	925 145,74	927 488,55	1 081 315,58	1 331 750,83	1 326 992,29	1 412 389,16	1 463 065,43	1 494 162,57	1 579 071,67	1 710 295,39	1 325 167,72
Áustria	69 806,06	71 806,89	106 125,24	148 810,10	148 730,91	163 230,11	176 568,13	189 569,35	217 833,02	238 032,52	153 051,23
Bélgica	370 687,00	478 170,24	618 532,04	648 655,53	813 206,11	941 206,21	950 885,30	1 002 895,75	968 595,63	1 008 998,62	780 183,24
Dinamarca	126 289,41	129 283,22	146 995,44	183 595,06	191 602,49	209 283,06	215 933,59	224 275,97	235 867,89	256 119,87	191 924,60
Eslováquia	1 084,44	746,92	1 520,15	2 081,10	2 940,18	3 152,03	3 456,50	4 021,71	4 412,60	4 291,94	2 770,76
Eslovénia	3 029,31	3 289,83	4 546,55	8 032,22	8 841,19	9 116,55	8 179,41	7 821,89	7 387,72	7 738,68	6 798,33
Espanha	282 294,45	305 426,61	436 068,50	582 056,45	590 693,56	625 799,20	653 235,53	656 503,53	636 731,42	643 225,50	541 203,47
Estónia	1 416,81	1 933,31	3 597,76	6 172,02	6 630,20	6 632,09	5 775,58	4 729,75	5 879,70	6 650,07	4 941,73
Finlândia	85 022,50	81 860,51	96 207,62	116 531,31	114 138,73	130 229,69	137 663,41	133 780,69	151 389,55	162 359,97	120 918,40
França	1 153 834,31	1 232 248,76	1 609 818,08	1 794 803,23	1 267 869,00	1 583 375,89	1 516 128,60	1 503 072,37	1 568 810,69	1 637 141,07	1 486 710,20
Grécia	13 791,27	13 601,94	22 417,99	31 650,13	37 232,13	39 453,72	42 623,44	48 043,82	44 951,97	46 351,52	34 011,79
Hungria	6 018,42	7 810,40	12 368,42	17 320,97	17 592,32	19 735,68	20 433,47	24 346,38	35 060,88	39 612,55	20 029,95
Irlanda	106 692,00	104 152,19	120 728,14	150 059,91	168 925,86	295 334,62	340 113,66	330 811,52	380 021,64	502 878,87	249 971,84
Itália	232 480,66	244 550,67	313 206,49	417 874,52	442 394,78	486 385,61	489 659,82	519 688,64	535 036,68	598 356,67	427 963,45
Luxemburgo	48 805,87	57 013,14	63 489,30	110 218,50	156 757,08	168 574,45	176 518,08	156 652,51	165 976,95	181 607,20	128 561,31
Países Baixos	629 513,19	643 913,16	800 464,51	942 084,08	889 887,22	952 641,12	956 036,48	982 143,92	990 972,00	1 071 817,97	885 947,36
Polónia	3 351,06	6 307,61	14 392,37	21 317,04	24 094,13	29 306,74	44 443,51	52 848,66	57 367,08	54 973,77	30 840,20
Portugal	43 940,67	41 965,45	53 983,78	67 707,80	63 005,97	68 471,42	66 732,16	72 229,75	76 048,50	81 888,73	63 597,42
Reino Unido	1 309 632,47	1 215 512,94	1 439 099,85	1 802 572,77	1 557 999,31	1 579 523,06	1 635 567,51	1 696 271,89	1 738 075,85	1 884 819,46	1 585 907,51
República Checa	3 759,78	3 610,41	5 017,40	8 557,41	12 531,19	14 804,52	14 922,55	13 214,36	15 175,99	21 384,08	11 297,77
Suécia	213 569,24	207 835,87	262 358,26	331 607,30	322 972,47	353 420,58	372 955,48	375 987,33	395 428,73	435 964,38	327 209,96
Média global	268 103,08	275 168,03	343 440,64	415 402,78	388 811,30	432 955,50	442 423,70	452 051,06	467 147,44	504 500,42	

Fonte: Elaboração própria

Anexo 3

Tabela A.3: Evolução anual do Emprego, Produção Nacional, IDE e Salários

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Emprego (milhares)	9040,55	9178,79	9 353,33	9528,89	9632,76	9468,86	9404,24	9388,12	9353,18	9331,04
Produção Nacional (milhões \$)	642308,71	670173,95	713898,95	823313,76	884085,24	791909,62	789031,57	852474,05	803387,76	835602,14
IDE (milhões \$)	268 103,08	275 168,03	343 440,64	415 402,78	388 811,30	432 955,50	442 423,70	452 051,06	467 147,44	504 500,42
IDE (% do PIB)	0,39	0,39	0,46	0,51	0,52	0,65	0,67	0,61	0,68	0,72
Salários (\$)	37656,9	38220,33	38729,38	39373,52	39755,95	40630,81	40629,81	40274,19	40096,57	40122,39
Nº de obs	21	21	21	21	21	21	21	21	21	21

Fonte: Elaboração própria